Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	
2.2 Resultados operacional e financeiro	25
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	34
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	35
2.5 Medições não contábeis	36
2.6 Eventos subsequentes as DFs	46
2.7 Destinação de resultados	47
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	50
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	51
2.10 Planos de negócios	52
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	55
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	56
5.2 Descrição dos controles internos	61
5.3 Programa de integridade	64
5.4 Alterações significativas	68
5.5 Outras informações relevantes	69

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras apresentadas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência são derivadas e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS (*International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, as quais foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 30 de junho de 2023, o total do patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 1.428,3 milhões. A cobertura do total dos ativos, que é o resultado da divisão do total do patrimônio líquido pelo total do ativo, foi de 47,4% em 30 de junho de 2023, o que demonstrou um bom nível de condição financeira e patrimonial geral da Companhia de acordo com os Diretores da Companhia.

Com relação à dívida bruta, houve um aumento de 8,5% em 30 de junho de 2023, se comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2022 (para R\$ 449,3 milhões em 30 de junho de 2023 de R\$ 414,1 milhões em 31 de dezembro de 2022), devido, principalmente, à captação de novos empréstimos, conforme descrito no item 2.1.d deste Formulário de Referência. A dívida bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e consiste na soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). Para mais informações sobre a dívida bruta, vide o item 2.5 deste Formulário de Referência.

Em 30 de junho de 2023, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$ 155,2 milhões e a participação dos empréstimos e financiamentos (não circulante) em relação ao total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) foi de 58,0%. O Caixa (Dívida) Líquido é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e consiste no somatório dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, dos títulos e valores mobiliários e dos mútuos a pagar a partes relacionadas. Para mais informações sobre o Caixa (Dívida) Líquido, vide o item 2.5 deste Formulário de Referência.

Deste modo, em 30 de junho de 2023, o total do patrimônio líquido da Companhia foi igual a 3,2x os seus empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) na mesma data, enquanto seu índice de liquidez, medido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, foi de 1,9x.

Em 31 de dezembro de 2022, o total do patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 1.579,8 milhões. A cobertura do total dos ativos foi de 50,4%, o que demonstrou um bom nível de condição financeira e patrimonial geral da Companhia.

Com relação à Dívida Bruta, houve um aumento de 57,8% em 31 de dezembro de 2022, se comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2021 (para R\$ 414,1 milhões em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 262,4 milhões em 31 de dezembro de 2021), devido, principalmente, à captação de novos empréstimos, conforme descrito no item 2.1.e deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2022, o Caixa (Dívida) Líquido da Companhia foi de R\$ 91,3 milhões e a participação dos empréstimos e financiamentos (não circulante) em relação ao total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) foi de 49,3%. Há que se considerar que, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia distribuiu R\$ 539,2 milhões referente à Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (data-base 2021), influenciando, portanto, a dinâmica do Caixa (Dívida) Líquido entre os períodos comparados.

Deste modo, em 31 de dezembro de 2022, o total do patrimônio líquido da Companhia foi igual a 3,8x os seus empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) na mesma data, enquanto seu índice de liquidez, medido pela relação entre seu ativo circulante e passivo circulante, foi de 1,8x.

Em 31 de dezembro de 2021, o total do patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 1.710,8 milhões. A cobertura do total dos ativos foi de 58,2%, o que demonstrou um bom nível de condição financeira e patrimonial geral da Companhia.

Com relação à Dívida Bruta, houve uma redução de 52,5% em 31 de dezembro de 2021, se comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2020 (para R\$ 262,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 552,3 milhões em 31 de dezembro de 2020), devido, principalmente, à liquidação de operações, conforme descrito nos itens 2.1.d e 2.1.e deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2021, o Caixa (Dívida) Líquido da Companhia foi de R\$ 246,4 milhões (posição ativa), ao passo que em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 133,2 milhões (posição ativa).

Deste modo, em 31 de dezembro de 2021, o total do patrimônio líquido da Companhia foi igual a 3,1x os seus empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) na mesma data, enquanto seu índice de liquidez, medido pela relação entre seu ativo circulante e passivo circulante, foi de 1,9x.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 era composta por:

(Em milhões de R\$)	Em 30 de junho de 2023	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	1.581,9	1.552,9	1.230,2	1.454,6
Capital próprio (total do patrimônio líquido)	1.428,3	1.579,8	1.710,8	1.342,0
Total de capital de terceiros e próprio	3.010,2	3.132,7	2.941,0	2.796,6

A Companhia acredita que a estrutura de capital apresentada é adequada para fazer frente aos seus compromissos e perpetuar a sua atividade.

(Em milhões de R\$, exceto %)	Em 30 de junho de 2023	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Total do ativo	3.010,2	3.132,7	2.941,0	2.796,6
Total do patrimônio líquido	1.428,3	1.579,8	1.710,8	1.342,0
Variação do total do patrimônio líquido em relação ao ano anterior	-151,5	-131,0	368,8	45,0
Variação do total do patrimônio líquido em relação ao período anterior (%)	-9,6%	-7,7%	27,5%	3,5%
Nível de cobertura: Total do patrimônio líquido / Total do ativo ¹	47,4%	50,4%	58,2%	48,0%

¹ Nível de cobertura corresponde ao total do patrimônio líquido dividido pelo total do ativo.

Em 30 de junho de 2023, o total do patrimônio líquido da Companhia correspondia a 47,4% do total do ativo, já em 31 de dezembro de 2022, o total do patrimônio líquido correspondia a 50,4% do total do ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, o total do patrimônio líquido da Companhia correspondia a 50,4% do total do ativo, já em 31 de dezembro de 2021 correspondia a 58,2% do total do ativo.

Empréstimos e financiamentos	Em 30 de junho de 2023	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Empréstimos e financiamentos (circulante)	188,7	209,9	162,8	402,4
Empréstimos e financiamentos (circulante) (variação em relação ao ano anterior - R\$ milhões)	-21,2	47,1	-239,7	188,5
Empréstimos e financiamentos (circulante) (variação em relação ao ano anterior - %)	-10,1%	28,9%	-59,5%	88,1%
Empréstimos e financiamentos (não circulante) (R\$ milhões)	260,6	204,2	99,6	149,9
Empréstimos e financiamentos (não circulante) (variação em relação ao ano anterior - R\$ milhões)	56,4	104,6	-50,3	-30,3
Empréstimos e financiamentos (não circulante) (variação em relação ao ano anterior - %)	27,6%	105,0%	-33,6%	-16,8%
Total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (R\$ milhões)	449,3	414,1	262,4	552,4
% dos empréstimos e financiamentos (circulante) em relação ao total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	42,0%	50,7%	62,0%	72,9%
% dos empréstimos e financiamentos (não circulante) em relação ao total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	58,0%	49,3%	38,0%	27,1%

Capitalização Total	Em 30 de junho de 2023	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Total do patrimônio líquido (R\$ milhões)	1.428,3	1.579,8	1.710,8	1.342,0
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (R\$ milhões)	449,3	414,1	262,4	552,4
Capitalização Total da Companhia (R\$ milhões) ¹	1.877,6	1.993,9	1.973,2	1.894,4
Capitalização Total¹ (variação em relação ao ano anterior - R\$ milhões)	-116,3	20,7	78,8	233,5
Capitalização Total ¹ (variação em relação ao ano anterior - %)	-5,8%	1,0%	4,2%	14,1%

¹ Capitalização Total da Companhia corresponde à soma do total do patrimônio líquido e empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante).

A Capitalização Total da Companhia em 30 de junho de 2023, assim entendida como a soma do total do patrimônio líquido e empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), era igual a R\$ 1.877,6 milhões, tendo se apresentado estável, com uma redução de R\$ 116,3 milhões, ou 5,8%, em relação à Capitalização Total da Companhia em 31 de dezembro de 2022, que era de R\$ 1.993,9 milhões.

A Capitalização Total da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era igual a R\$ 1.993,9 milhões, tendo se apresentado estável, com um aumento de R\$ 20,7 milhões, ou 1,0%, em relação à Capitalização Total da Companhia em 31 de dezembro de 2021, que era de R\$ 1.973,2 milhões.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Companhia acredita que suas disponibilidades e valores equivalentes, aliados à sua geração de caixa operacional, cujo saldo tem sido historicamente positivo, são suficientes para honrar seus compromissos financeiros nas suas respectivas datas de vencimento, bem como contratar novos financiamentos e aumentar o seu nível de endividamento caso opte por fazê-lo. Todas as obrigações financeiras da Companhia estão sendo cumpridas, conforme demonstradas nas tabelas abaixo.

Em 30 de junho de 2023, os empréstimos e financiamentos (circulante) eram de R\$ 188,7 milhões e o caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 205,1 milhões. Ao passo que os empréstimos e financiamentos (não circulante) totalizavam R\$ 260,6 milhões, o que, somado aos empréstimos e financiamentos (circulante), totalizavam R\$ 449,3 milhões.

Da mesma forma, o total do patrimônio líquido em 30 de junho de 2023 era equivalente a 3,2x os seus empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), enquanto seu índice de liquidez, medido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, era de 1,9x.

A tabela abaixo mostra as principais obrigações financeiras da Companhia em 30 de junho de 2023:

Em 30 de junho de 2023 (em milhões de R\$)								
Obrigação financeira	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total					
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	188,7	119,3	124,5	16,8	449,3			

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos (circulante) eram de R\$ 209,9 milhões e o caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 427,4 milhões. Ao passo que os empréstimos e financiamentos (não circulante) totalizavam R\$ 204,2 milhões, o que, somado aos seus empréstimos e financiamentos (circulante), totalizavam R\$ 414,0 milhões.

Da mesma forma, o total do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 era equivalente a 3,8x os seus empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), enquanto seu índice de liquidez, medido pela relação entre seu ativo circulante e passivo circulante, era de 3x.

A tabela a seguir mostra as principais obrigações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

Em 31 de dezembro de 2022 (em milhões de R\$)							
Obrigação contratual	Obrigação contratual Até 12 meses 1 a 3 anos 3 a 5 anos		3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total		
Empréstimos e financiamentos	209,9	171,0	16,6	16,6	414,1		

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos (circulante) eram de R\$ 162,8 milhões e o caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 361,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos (circulante) da Companhia somavam R\$ 402,4 milhões, sendo que na mesma data a Companhia possuía R\$ 607,8 milhões em caixa e equivalentes de caixa. Por sua vez, os empréstimos e financiamentos (não circulante) totalizavam R\$ 99,6 milhões, o que, somado aos seus empréstimos e financiamentos (circulante), totalizavam R\$ 262,4 milhões.

Da mesma forma, o total do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 era igual a 6,5x os seus empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), enquanto seu índice de liquidez, medido pela relação entre seu ativo circulante e passivo circulante, era de 1,9x. Em 31 de dezembro de 2020, o total do Patrimônio Líquido era igual a 2,4x os seus empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), enquanto seu índice de liquidez era de 1,6x.

As tabelas a seguir mostram as principais obrigações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020:

Em 31 de dezembro de 2021 (em milhões de R\$)							
Obrigação financeira Até 12 me		1 a 3 anos 3 a 5 anos		Mais de 5 anos	Total		
Empréstimos e financiamentos	162,8	49,7	16,7	33,2	262,4		
Total	162,8	49,7	16,7	33,2	262,4		

Em 31 de dezembro de 2020 (em milhões de R\$)							
Obrigação financeira Até 12 meses 1 a 3 anos 3 a 5 anos Ma		Mais de 5 anos	Total				
Empréstimos e financiamentos	402,4	91,8	20,4	37,7	552,4		
Total	402,4	91,8	20,4	37,7	552,4		

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A geração de caixa operacional aliada aos empréstimos e financiamentos (não circulante), particularmente os empréstimos obtidos junto à Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP"), têm sido as principais fontes de financiamento para o capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes realizados pela Companhia.

Em 30 de junho de 2023, os empréstimos e financiamentos (não circulante) da Companhia totalizavam R\$ 260,6 milhões, representando um aumento de R\$ 56,4 milhões ou 27,6%, em comparação aos R\$ 204,2 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Em 30 de junho de 2023, os empréstimos e financiamentos (circulante) totalizavam o montante de R\$ 188,7 milhões, tendo diminuído R\$ 21,2 milhões ou 10,1%, em comparação aos R\$ 209,9 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa redução decorreu da liquidação desses passivos financeiros de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos (não circulante) da Companhia totalizavam R\$ 204,2 milhões, representando um aumento de R\$ 104,6 milhões (105,0%), em comparação aos R\$ 99,6 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos (circulante) totalizavam o montante de R\$ 209,9 milhões, tendo aumentado R\$ 47,1 milhões (28,9%), em comparação aos R\$ 162,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento decorreu da transferência do não circulante para o circulante, além da contratação de Nota de Crédito à Exportação ("**NCE**"), culminando na diminuição marginal na participação dos empréstimos e financiamentos circulantes para 50,7% em 31 de dezembro de 2022 de 55,0% em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos (não circulante) da Companhia totalizavam R\$ 99,6 milhões, o que representou uma redução de R\$ 50,3 milhões (33,6%), em comparação aos R\$ 149,9 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos (circulante) totalizavam o montante de R\$ 162,8 milhões, tendo diminuído R\$ 239,6 milhões (59,5%), em comparação aos R\$ 402,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução decorreu da amortização e transferência do não circulante para o circulante com a consequente alteração no perfil do endividamento, que se evidencia pela redução dos valores de empréstimos e financiamento (circulante) entre os períodos comparados, além da amortização de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC"), NCE e Repasse Externo 4131 de capital de giro ("4131"), culminando na redução da participação dos empréstimos e financiamentos circulantes para 62,0% em 31 de dezembro de 2021 de 72,9% em 31 de dezembro de 2020.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia acredita, com base nos atuais planos operacionais e de investimento, que o saldo de caixa e equivalentes de caixa, juntamente com outras fontes de financiamento e o caixa gerado pelas operações da Companhia, serão suficientes para atender a necessidade de caixa para o capital de giro, passivos financeiros, gastos de capital e expansão de negócios para o futuro previsível.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia mantinha linhas de NCE no montante de R\$ 363,1 milhões, além de linhas da FINEP (I e II) totalizando R\$ 82,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha linhas de NCE no montante de R\$ 310,6 milhões, além de linhas da FINEP (I e II) totalizando R\$ 100,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha linhas de NCE e ACC no montante de R\$ 125,6 milhões, além de linhas da FINEP (I e II) totalizando R\$ 136,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha linhas de NCE e 4131 no montante de R\$ 371,4 milhões, além de linhas da FINEP (I e II) totalizando R\$ 181,0 milhões.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 30 de junho de 2023, os empréstimos e financiamentos (não circulante) da Companhia totalizavam R\$ 260,6 milhões e os empréstimos e financiamentos (circulante) totalizavam R\$ 188,7 milhões. O custo financeiro médio desses financiamentos foi de 4,57% a.a. (circulante e não circulante).

O saldo dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) em 30 de junho de 2023 totalizou R\$ 449,3 milhões, o qual era composto por:

- R\$ 19,2 milhões FINEP I. Com custo financeiro de TJLP + 5% a.a. 6% a.a.: 36 meses de carência de principal e 79 pagamentos mensais que começaram em 15 de agosto de 2017, sendo o último pagamento em 15 de fevereiro de 2024. Esse financiamento está garantido por fiança bancária com vencimento em 15 de fevereiro de 2024;
- R\$ 63,6 milhões FINEP II. Com custo financeiro de TJLP + 5% a.a.: 36 meses de carência de principal e 109 pagamentos mensais que começaram em 15 de dezembro de 2021, sendo o último pagamento em 15 de dezembro de 2030. Esse financiamento está garantido por fiança bancária com vencimento em 3 de novembro de 2024; e
- R\$ 366,4 milhões empréstimos em moeda estrangeira com custo médio de 3,90% a.a. com vencimento em 29 de maio de 2024, 22 de novembro de 2024 e 18 de maio de 2026.

Empréstimo adicional

A Companhia está em negociações para contratação de instrumento de dívida no montante de R\$380.000.000,00 ("Empréstimo"), o qual será contratado em antecipação ao pagamento dos Dividendos (conforme definido no item 12.9 deste Formulário de Referência). A Companhia está obtendo cotações com diversas instituições financeiras, incluindo os Coordenadores da Oferta (conforme definidos no item 12.9 deste Formulário de Referência), seguindo as diretrizes internas de compliance. O Empréstimo estará em linha com as condições de outros financiamentos tomados pela Companhia, bem como com os termos atuais de mercado. Para mais informações sobre os Dividendos, vide o item 12.9 deste Formulário de Referência.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 2.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia ou subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Alguns dos contratos de empréstimo e financiamento abaixo mencionados possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross aceleration*).

FINEP I

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas: (i) aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) alteração do controle efetivo da Companhia; (iii) existência de mora em qualquer quantia paga ao FINEP; (iv) inexatidão das informações prestadas à FINEP pela Companhia; (v) paralisação do projeto; entre outras.

Mantém-se ativo o contrato junto à FINEP, celebrado em 16 de junho de 2014, no valor de R\$ 182,3 milhões, como forma de apoio à estratégia de inovação da Companhia, contemplando desenvolvimento de novos produtos e processos. Esses recursos foram desembolsados pela FINEP em parcelas em horizonte temporal de três anos a contar da data da assinatura do contrato. Em setembro de 2014 foi liberada a primeira tranche no valor de R\$ 30,4 milhões, em setembro de 2015 ocorreu outra liberação de R\$ 30,4 milhões, em fevereiro de 2017 ocorreu mais uma liberação de R\$ 30,4 milhões e em julho de 2017 a Companhia recebeu o saldo do contrato, gerando uma liberação de R\$ 91,1 milhões, totalizando R\$ 182,3 milhões. O prazo de carência é de 36 meses e o principal será pago em 79 parcelas, sendo a primeira em agosto de 2017 e a última em fevereiro de

2024. Em 30 de junho de 2023, o saldo deste contrato estava em R\$ 19,2 milhões. O custo financeiro desse financiamento tem como base de taxa de juros a TJLP acrescida de um *spread* bancário de 5% a.a. (em 30 de junho de 2023, o custo efetivo foi de 6,28% a.a.).

FINEP II

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas: (i) aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) alteração do controle efetivo da Companhia; (iii) existência de mora em qualquer quantia paga à FINEP; (iv) inexatidão das informações prestadas à FINEP pela Companhia; (v) paralisação do projeto; entre outras.

Mantém-se ativo o contrato junto à FINEP, celebrado em 3 de dezembro de 2018 e posteriormente aditado, no valor de R\$ 75,9 milhões, como forma de apoio à estratégia de inovação da Companhia, contemplando desenvolvimento de novos produtos e processos. Em janeiro de 2019 foi liberado o valor de R\$ 75,9 milhões. O prazo de carência é de 36 meses e o principal será pago em 109 parcelas, sendo a primeira em 15 de dezembro de 2021 e a última em 15 de dezembro de 2030. Em 30 de junho de 2023, o saldo deste contrato estava em R\$ 63,6 milhões. O custo financeiro desse financiamento tem como base de taxa de juros a TJLP acrescida de um *spread* bancário de 5% a.a. (em 30 de junho de 2023, o custo efetivo foi de 7,28% a.a.)

Cédula de Crédito Bancário – Finex 4131 (CCB nº 1045858) (Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch):

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas: (i) inadimplemento de obrigações e/ou não liquidação, no respectivo vencimento, de débito decorrente de outros contratos, empréstimos e/ou descontos celebrados com o próprio banco e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelo banco, inclusive no exterior, e/ou rescisão dos respectivos documentos, por culpa da Companhia e de quaisquer garantidores; (ii) alienação de ativos; (iii) declaração de vencimento antecipado de outro contrato; entre outras.

Mantém-se ativa a Cédula de Crédito Bancário celebrada entre a Companhia e Banco Santander (Brasil) S.A. (NCE Santander), em 7 de abril de 2022, no valor de € 25,0 milhões, com vencimento previsto para 29 de maio de 2024 e com juros incidentes à taxa de 2,28% ao ano. Em 30 de junho de 2023, o saldo deste contrato estava em R\$ 135,1 milhões.

Nota de Crédito à Exportação Mediante Repasse de Recursos Externos (Cambial) nº 106323050010800: Itaú

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas: (i) falta de cumprimento, no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória decorrente da NCE ou em qualquer outra dívida financeira, inclusive contraída perante terceiros; (ii) alienação de ativos, entre outras.

Mantém-se ativa a Nota de Crédito à Exportação celebrada entre a Companhia e o Itaú (NCE Itaú), datada de 17 de maio de 2023 e posteriormente aditada, no valor de € 18,7 milhões, com juros incidentes à taxa de 5,05% ao ano. O principal será pago em 12 parcelas, sendo a primeira em 17 de agosto de 2023 e a última em 18 de maio de 2026. Em 30 de junho de 2023, o saldo deste contrato estava em R\$ 100,6 milhões.

Nota de Crédito à Exportação Sujeita a Variação Cambial nº 2022000085: Intesa Sanpaolo Brasil S.A. – Banco Múltiplo

Mantém-se ativa a Nota de Crédito à Exportação celebrada entre a Companhia e o Intesa Sanpaolo Brasil S.A. (NCE Intesa), datada de 29 de maio de 2023 no valor de € 24,4 milhões, com juros incidentes à taxa de 4,70% ao ano. O principal será pago em 6 parcelas, sendo a primeira em 24 de junho de 2024 e a última em 22 de novembro de 2024. Em 30 de junho de 2023, o saldo deste contrato estava em R\$ 127,4 milhões.

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas: modificação ou transferência direta ou indireta a terceiros de controle societário da Mahle Gmbh, entre outras.

Contrato de Compra e Venda de Moeda a Termo sem Entrega Física – Termo Asiático – B3 Nº 13984523: Banco ABC Brasil S.A.

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas: (i) a alteração ou transferência de controle acionário, direto ou indireto; (ii) bens escriturados no respectivo ativo imobilizado cujo valor corresponda a mais de 10% do valor da rubrica contábil vencimento antecipado cruzado ou ativos e/ou participações societárias em subsidiárias e/ou controladas que gerem, de forma individual ou agregada, mais do que 10% da receita líquida da Companhia; (iii) declaração de vencimento antecipado de outro contrato, entre outras.

Mantém-se ativo o Contrato de Compra e Venda de Moeda a Termo sem Entrega Física celebrado entre a Companhia e o Banco ABC Brasil S.A., datado de 17 de agosto de 2023, no valor de US\$ 132.400,00, com taxa a termo de R\$ 5,20 e vencimento em 29 de novembro de 2024.

Contrato para Operações de Derivativos nº 257932: Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas se o controlador da Companhia deixar de deter o controle acionário, direto ou indireto, da Companhia e se for declarado o vencimento antecipado de outro contrato.

Instrumento Particular de Gerência de Derivativos: Banco Bradesco S.A.

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas se o controle acionário da Companhia vier a ser aletarado de modo que a participação dos atuais controladores em seu capital social fique reduzida e os impossibilite isolodamente ou em decorrência de acordo de acionistas, o direito de: (i) exercer, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações de assembleia geral; (ii) eleger a maioria dos administradores da Companhia; (iii) efetivamente utilizar seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia. Ainda, a emissão de qualquer espécie de título de crédito relativa ao instrumento em questão e às respectivas boletas de confirmação e notas de negociação e liquidação é vedada. Além disso, se houver a declaração vencimento antecipado de outro contrato.

Contrato Global de Derivativos nº 895/23: Banco Daycoval S.A.

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas (i) transferência de todos, ou parcela substancial, dos ativos da Companhia para outra entidade ou como outra entidade e, à época de tal transferência, o cessionário não assuma todas as obrigações da Companhia em qualquer instrumento de constituição de garantia em que seja parte

PÁGINA: 10 de 69

ou os benefícios de qualquer instrumento de constituição de garantia não se estendam (sem o consentimento da outra parte) ao cumprimento, por tal cessionária, de suas obrigações no âmbito do contrato em questão; (ii) alteração ou transferência de controle acionário da Companhia, com exceção de eventos ocorridos dentro do grupo MAHLE; (iii) declaração de vencimento antecipado de outro contrato, entre outras.

Contrato Global de Derivativos que entre si celebram Banco do Brasil S.A. e MAHLE Metal Leve

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas (i) transferência de todos, ou parcela substancial, dos ativos da Companhia para outra entidade ou como outra entidade e, à época de tal transferência, o cessionário não assuma todas as obrigações da Companhia em qualquer instrumento de constituição de garantia em que seja parte ou os benefícios de qualquer instrumento de constituição de garantia não se estendam (sem o consentimento da outra parte) ao cumprimento, por tal cessionária, de suas obrigações no âmbito do contrato em questão; (ii) alteração ou transferência de controle acionário da Companhia, com exceção de eventos ocorridos dentro do grupo MAHLE; (iii) declaração de vencimento antecipado de outro contrato, entre outras.

Convênio para Celebração de Operações de Derivativos nº 1614: Banco Itaú BBA S.A.

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas se qualquer alteração do controle societário da Companhia e se houver a declaração de vencimento antecipado de outro contrato, entre outras.

Contrato Global de Dervivativos A328_2023: Banco BTG Pactual S.A.

Várias são as cláusulas de eventos de inadimplemento e eventos de rescisão (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas se a Companhia tiver seu controle alterado ou transferido por qualquer forma ou mecanismo, exceto se o seu controle permanecer com o seu controlador final ou se houver alterações na composição do bloco de controle direto atual da Companhia, e se houver a declaração de vencimento antecipado de outro contrato, entre outras.

Contrato Global de Dervivativos 1032_2023: Banco BTG Pactual S.A.

Várias são as cláusulas de eventos de inadimplemento e eventos de rescisão (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas se a Companhia transferir todos, ou parcela substancial de, seus ativos para outra entidade ou como outra entidade, e à época de tal transferência: a nova entidade não assuma as obrigações da Companhia no âmbito do contrato em questão ou seus benefícios não se estendam ao cumprimento por essa nova entidade das obrigações no âmbito do contrato em questão. Além disso, há restrição para alteração ou transferência do controle acionário da Companhia e se houver a declaração vencimento antecipado de outro contrato, entre outras.

Instrumento Particular de Adesão ao Sistema de Proteção contra Riscos Financeiros – SPR - Derivativos (Swap, Termo e Opções) e Outras Avenças: Banco Santander Brasil S/A

Várias são as hipóteses de rescisão (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas se (i) a Companhia tiver seu controle acionário direito ou indireto transferido a terceiro sem que a a outra parte tenha manifestado, prévia e formalmente, a decisão de manter vigente o instrumento em questão, após tal transferência ou se a Companhia transferir parcela substancial ou total de seus ativos para outra entidade e, à época de tal transferência, a a nova sociedade não assumir todas as

obrigações decorrentes deste contrato; e (ii) se houver a declaração vencimento antecipado de outro contrato, entre outras.

Contrato para Operações de Derivativos: XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Várias são as hipóteses de rescisão (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas se o controle acionário da Companhia for, direta ou indiretamente, alterado ou transferido, ou se a Companhia transferir todos ou parcela substancial de seus ativos e, à época de tal transferência, a a nova sociedade não assumir todas as obrigações decorrentes deste contrato ou os benefícos de qualquer instrumento no âmbito da operação. Além disso, há hipótese de declaração vencimento antecipado de outro contrato.

Contrato Global de Derivativos: Banco J.P. Morgan S.A.

Várias são as cláusulas de eventos de inadimplemento e eventos de rescisão (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas se (i) a Companhia transferir todos ou parcela substancial de seus ativos e, à época de tal transferência, a a nova sociedade não assumir todas as obrigações decorrentes deste contrato ou os benefícos de qualquer instrumento no âmbito da operação; (ii) se o controle acionário da acionário da Companhia for alterado ou transferido e o acionista controlador deixe de ser titular, direto ou indiretamente, de, pelo menos (a) 75% das ações representativas do capital social com direito a vota da Companhia, se aplicável, e/ou (b) parcela do capital social da Companhia, se aplicável, que lhe assegure o direito de eleger a maioria dos membros da diretoria ou do conselho de administração da sociedade ou, ainda, dirigir ou orientar o funcionamento e as diretrizes da Companhia, se aplicável, e (ii) se houver a declaração de vencimento antecipado de outro contrato.

Por fim, a Companhia informa que, em 30 de junho de 2023 e nos três últimos exercícios sociais, estava em conformidade com as restrições acima descritas.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui limites pré-estabelecidos para linhas de financiamento em geral e não dispunha de nenhum contrato cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente até 30 de junho de 2023.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

As tabelas a seguir contêm informações extraídas das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. As avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, e visam fornecer aos investidores informações sobre a performance operacional e financeira de cada período analisado, comentando as principais variações e identificando os fatores que explicam tais alterações. Cabe ainda destacar que a Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e/ou os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

PÁGINA: 12 de 69

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara saldos, índices ou outros itens constantes em demonstrações financeiras e/ou demonstrações financeiras intermediárias da Companhia ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual (%) ou outros itens de uma linha em relação às receitas operacionais líquidas quando se analisa os saldos registrados nas demonstrações de resultado ou percentual da linha em questão comparada com o total do ativo ou total dos passivos e patrimônio líquido quando se analisa os saldos registrados nos balanços patrimoniais correspondentes aos exercícios e períodos em análise.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2022

DEMONSTRA	ÇÃO DO RESU	LTADO				
(em R\$ milhões, exceto %)	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023	AV (%)	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2022	AV (%)	AH (R\$ milhões)	АН (%)
Receita operacional líquida	2.142,9	100,0%	1.909,4	100,0%	233,5	12,2%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.485,7)	-69,3%	(1.414,2)	-74,1%	-71,5	5,1%
Lucro bruto	657,3	30,7%	495,2	25,9%	162,1	32,7%
Despesas com vendas e distribuição	(162,2)	-7,6%	(134,8)	-7,1%	-27,4	20,3%
Ganhos (perdas) por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1,0)	-0,0%	0,3	0,0%	-1,3	-433,3%
Despesas gerais e administrativas	(61,2)	-2,9%	(53,4)	-2,8%	-7,8	14,6%
Despesas para pesquisas de tecnologia e produtos	(27,3)	-1,3%	(22,7)	-1,2%	-4,6	20,3%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(0,4)	-0,0%	(12,3)	-0,6%	11,9	-96,7%
Ganhos na posição monetária líquida em controlada no exterior	58,0	2,7%	40,2	2,1%	17,8	44,3%
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras liquida e impostos	463,2	21,6%	312,4	16,4%	150,8	48,3%
Receitas financeiras	172,6	8,1%	154,5	8,1%	18,1	11,7%
Despesas financeiras	(128,4)	-6,0%	(163,4)	-8,6%	35,0	-21,4%
Receita (despesas) financeiras, líquidas	44,2	2,1%	(8,9)	-0,5%	53,1	596,6%
Resultado antes dos impostos	507,4	23,7%	303,5	15,9%	203,9	67,2%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(120,8)	-5,6%	(74,5)	-3,9%	-46,3	62,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7,7)	-0,4%	7,2	0,4%	-14,9	-206,9%
Imposto de renda e contribuição social	(128,5)	-6,0%	(67,3)	3,5%	-61,2	-90,9%
Lucro líquido do período	378,9	17,7%	236,2	12,4%	142,7	60,4%

A seguir estão descritas as principais variações na demonstração de resultado da Companhia:

Receita operacional líquida

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 2.142,9 milhões e de R\$ 1.909,4 milhões, respectivamente. O crescimento de 12,2% na receita operacional líquida no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023, em comparação ao mesmo período de 2022, decorreu das seguintes variações: (i) segmento de componentes de motores, representando 89,2% da receita operacional líquida no período de seis

meses findo em 30 de junho de 2023 e 89,0% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022. A Companhia registrou no segmento de componentes de motores uma receita operacional líquida de R\$ 1.912,0 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e de R\$ 1.700,0 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, apresentando um crescimento de 12,5%; e (ii) segmentos de filtros, representando 10,8% da receita operacional líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e 11,0% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022. A Companhia registrou no segmento de filtros uma receita operacional líquida de R\$ 230,9 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e de R\$ 209,4 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, apresentando um crescimento de 10,3%. Tais variações decorreram também do crescimento das vendas aos mercados interno (Brasil e Argentina) e externo de equipamento original e ao mercado interno de *Aftermarket*, através de ganho de novos contratos com clientes, repasses de aumento de preço geradas pela inflação do período e prospecção de novos clientes, bem como da diversificação da carteira de clientes da Companhia, a qual inclui praticamente todas as montadoras de veículos no país.

Custo das vendas e dos serviços prestados

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, o custo das vendas e dos serviços prestados foi de R\$ 1.485,7 milhões (a margem bruta, que corresponde à divisão do lucro bruto pela receita operacional líquida, foi de 30,7% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023), em comparação a R\$ 1.414,2 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 (a margem bruta, que corresponde à divisão do custo das vendas e dos serviços prestados pela receita operacional líquida, foi de 25,9% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022), representando um crescimento de 5,1% entre os períodos e um crescimento na margem bruta de 4.8 p.p. no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Importante destacar que o aumento dos custos não foi proporcional ao aumento da receita devido à dinâmica das negociações da Companhia com os seus *stakeholders*. Dessa forma, esse crescimento se deve, principalmente, à dinâmica de negociações para insumos e matérias-primas, a qual é de fundamental importância para o resultado bruto. Para mais informações sobre a composição do custo das vendas e dos serviços prestados por natureza, vide a nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Despesas com vendas e distribuição

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, as despesas com vendas e distribuição foram de R\$ 162,2 milhões e aumentaram em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, quando totalizaram R\$ 134,8 milhões. O aumento de 20,3% quando comparado com o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 decorreu do maior gasto com fretes, propaganda e pessoal relacionado à equipe de vendas, incluindo comissão, devido ao aumento das vendas no período.

Despesas gerais e administrativas

No período de seis meses findo em 30 de junho 2023, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 61,2 milhões, o que representou um aumento de 14,6% quando comparado com o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, que foram de R\$ 53,4 milhões. Referido crescimento decorreu do aumento das despesas com manutenção, materiais e utilidades, serviços e pessoal administrativo e serviços profissionais terceirizados, em função do aumento da atividade econômica pós-pandemia da COVID-19.

Despesas para pesquisas de tecnologia e produtos

As despesas para pesquisas de tecnologia e produtos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 foram de R\$ 27,3 milhões comparativamente a R\$ 22,7 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022. O aumento de R\$ 4,6 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, em relação ao mesmo período do ano anterior, decorreu principalmente do aumento da atividade de desenvolvimento tecnológico. As despesas de pesquisa e desenvolvimento são guiadas pelas principais demandas do mercado, focadas nas tendências tecnológicas regionais e programas automotivos, em especial emissões gasosas (PROCONVE) e Eficiência Energética (ROTA2030).

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras despesas operacionais líquidas totalizaram, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, o montante de R\$ 0,4 milhão, ao passo que no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, totalizaram o montante de R\$ 12,3 milhões. A diminuição de R\$ 11,9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023, em relação ao mesmo período do ano anterior, decorreu principalmente da redução das despesas de exportação (na Argentina) e da redução das provisões (líquidas das reversões) para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias, onde a Companhia conseguiu realizar negociações efetivas no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023, de forma a diminuir as carteiras deste passivo.

Ganhos (perdas) por redução ao valor recuperável de contas a receber

As perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, totalizaram uma despesa de R\$ 1,0 milhão, ao passo que, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, registraram uma receita líquida de R\$ 0,3 milhões, principalmente em decorrência do aumento da carteira de recebíveis em atraso entre os períodos comparados.

Ganhos na posição monetária líquida em controlada no exterior

Os ganhos na posição monetária líquida em controlada no exterior registraram, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, uma receita líquida de R\$ 58,0 milhões, ao passo que, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, registraram uma receita líquida de R\$ 40,2 milhões. Esta rubrica foi impactada pela aplicação do CPC 42 — Contabilidade em Economia Hiperinflacionária / IAS 29 — *Financial Reporting in Hiperinflationary Economies*. De acordo com tais normas contábeis, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando o índice de inflação — IPC (Índice de Preços ao Consumidor).

Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquida e impostos

O lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquida e impostos foi de R\$ 463,2 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, ao passo que no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 312,4 milhões. Esse crescimento se deve, principalmente, ao aumento do lucro bruto entre os períodos.

Receita (despesas) financeiras, líquidas

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, foi registrada uma receita financeira líquida

PÁGINA: 15 de 69

de R\$ 44,2 milhões, enquanto no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, foi apurada uma despesa financeira líquida de R\$ 8,9 milhões, apresentando uma variação de R\$ 53,1 milhões entre os períodos. Esse crescimento se deve, principalmente, ao resultado com juros, líquidos provenientes da receita com as aplicações financeiras — Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e compromissadas, remunerados em média de 102,1% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), aplicados exclusivamente com bancos de primeira linha no Brasil.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou uma despesa de R\$ 128,5 milhões com imposto de renda e contribuição social no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 (e uma despesa de R\$ 67,3 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022). Esse aumento se deve, principalmente, ao aumento do resultado da Companhia antes dos impostos.

Lucro líquido do período

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, o lucro líquido do período foi de R\$ 378,9 milhões, comparado a R\$ 236,3 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022. Esse aumento de 60,4% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, em relação ao mesmo período do ano anterior, decorreu principalmente dos fatores descritos acima.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	AH (R\$ milhões)	АН (%)		
Receita líquida de vendas	4.224,0	100,0%	3.615,1	100,0%	608,9	16,8%		
Custos das vendas	(3.090,9)	-73,2%	(2.620,8)	-72,5%	(470,1)	17,9%		
Lucro bruto	1.133,1	26,8%	994,3	27,5%	138,8	14,0%		
Despesas com vendas e distribuição	(310,0)	-7,3%	(236,0)	-6,5%	(74,0)	31,4%		
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2,9)	-0,1%	3,7	0,1%	(6,6)	-178,6%		
Despesas gerais e administrativas	(110,1)	-2,6%	(109,8)	-3,0%	(0,3)	0,3%		
Despesas para pesquisas de tecnologias e produtos	(44,2)	-1,0%	(51,5)	-1,4%	7,3	-14,2%		
Outras receitas	127,9	3,0%	217,7	6,0%	(89,8)	-41,2%		
Outras despesas	(167,8)	-4,0%	(143,1)	-4,0%	(24,7)	17,3%		
Ganhos na posição monetária líquida	95,0	2,2%	44,1	1,2%	50,9	115,4%		
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas e impostos	721,0	17,1%	719,4	20,0%	1,6.	-0,2%		
Receitas financeiras	318,0	7,5%	178,1	4,9%	139,9	78,6%		
Despesas financeiras	(327,1)	-7,7%	(187,0)	-5,2%	(140,1)	74,9%		
Receita (despesas) financeiras, líquidas	(9,1)	-0,2%	(8,9)	-0,2%	-0,2	-2,2%		
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,0%	3,3	0,1%	(3,3)	-100,0%		
Resultado antes dos impostos	711,9	16,9%	713,8	19,7%	(1,9)	-0,3%		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(166,3)	-3,9%	(89,6)	-2,5%	(76,7)	85,6%		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16,8	0,4%	(57,5)	-1,6%	74,3	-129,2%		
Imposto de renda e contribuição social	(149,5)	-3,5%	(147,1)	-4,1%	-2,4	-1,6%		
Lucro líquido do exercício	562,4	13,3%	566,7	15,7%	(4,3)	-0,8%		

PÁGINA: 16 de 69

A seguir estão descritas as principais variações na demonstração de resultado da Companhia:

Receita líquida de vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou receita líquida de vendas no valor de R\$ 4.224,0 milhões, um crescimento de 16,8% em comparação aos R\$ 3.615,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Este desempenho decorreu das seguintes variações: (i) segmento de componentes de motores, representando 89,3% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 90,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Companhia registrou neste segmento uma receita de R\$ 3.773,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 3.278,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentando um crescimento de 15,1%; e (ii) segmento de filtros, representando 10,7% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 9,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Companhia registrou neste segmento uma receita de R\$ 450,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentando um crescimento de 9,3%. Tais variações decorreram do crescimento das vendas aos mercados de equipamento original e de *Aftermarket*, através de ganho de novos contratos com clientes, repasses de aumento de preço geradas pela inflação do período e prospecção de novos clientes.

Custo das vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o custo das vendas foi de R\$ 3.090,9 milhões, em comparação a R\$ 2.620,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 17,9%. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento dos custos com matérias-primas e insumos em 15,9% e ao aumento da remuneração com pessoal e benefícios em 10,1%. Os preços das matérias-primas e insumos apresentaram, portanto, grande volatilidade em toda a cadeia de suprimentos. Ao longo do ano de 2022 observou-se no mercado global um aumento nos preços das *commodities* e principais insumos, de forma a registrar em toda a cadeia uma pressão inflacionária.

Despesas com vendas e distribuição

No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022, as despesas com vendas e distribuição foram de R\$ 310,1 milhões, aumentando 31,4% quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em que foram de R\$ 236,0 milhões. Referida variação decorreu do aumento dos fretes dos produtos da Companhia em função das dificuldades logísticas a nível global ocasionadas pela guerra entre Rússia e Ucrânia pelo comprometimento da circulação das mercadorias, gerando falta de previsibilidade e necessidade de utilização de fretes mais onerosos, tais como aéreos, e gastos variáveis com vendas e pessoal, ao passo em que a atividade econômica aumentou e a dinâmica do ambiente de negócios acompanhou este movimento.

Despesas gerais e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 110,1 milhões, aumentando 0,3% quando comparado com o valor de R\$ 109,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A melhora da participação desta despesa em relação à receita líquida de vendas é reflexo do esforço nas iniciativas de ganho de sinergia e produtividade, inclusive, nas áreas indiretas da Companhia, a exemplo de projetos realizados pelas diversas áreas, tais como Finanças, Contábil, Controladoria, Relações com Investidores, no sentido de melhorar o desempenho dos FTEs (*full time employee*) das mesmas.

Despesas para pesquisas de tecnologia e produtos

As despesas para pesquisas de tecnologia e produtos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 44,2 milhões comparativamente a R\$ 51,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação se deve, principalmente, ao foco em projetos com rápida transformação em produtos comercializáveis, à otimização dos gastos com pessoal, materiais e utilidades.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas registraram, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, uma despesa líquida de R\$ 39,9 milhões, ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 registraram uma receita líquida de R\$ 74,6 milhões. Essa variação se deve, principalmente, ao impacto do crédito de impostos (ICMS sobre a base do PIS e COFINS) no montante de R\$ 96,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 devido ao acúmulo de créditos de anos anteriores contabilizados em outras receitas (despesas) operacionais.

Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber

As perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber registraram, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, uma despesa líquida de R\$ 2,9 milhões, ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 3,7 milhões. Referida variação decorreu da reversão de provisão do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em função da renegociação de recebíveis, sendo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 houve um incremento de provisão na carteira de recebíveis em função do aumento de recebíveis de liquidação duvidosa no período.

Ganhos na posição monetária líquida

Os ganhos na posição monetária líquida registraram, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, uma receita líquida de R\$ 95,0 milhões, ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 44,1 milhões. Esta rubrica foi impactada pelos efeitos do CPC 42 — Contabilidade em Economia Hiperinflacionária / IAS 29 — *Financial Reporting in Hiperinflationary Economies* nas demonstrações financeiras da Companhia. De acordo com tais normas contábeis, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. Deste modo, tendo em vista a relevante alteração do poder de compra da moeda argentina em 2022, houve um acrescimento na despesa líquida.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi registrada uma despesa financeira líquida no montante de R\$ 9,1 milhões, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi apurada uma despesa financeira líquida no montante de R\$ 8,9 milhões, principalmente em decorrência de ganhos nos instrumentos de *hedge*.

PÁGINA: 18 de 69

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou uma despesa de R\$ 149,5 milhões com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou uma despesa de R\$ 147,1 milhões. Essa variação se deve, principalmente, ao imposto corrente que atingiu R\$ 166,3 milhões de despesa e imposto diferido que totalizou uma receita de R\$ 16,8 milhões, sem impacto no caixa, composto principalmente pela movimentação de provisões.

Lucro líquido do exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido foi de R\$ 562,4 milhões, um crescimento de 0,8% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em que o lucro líquido foi de R\$ 566,7 milhões. Esse aumento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em relação ao exercício anterior, decorreu principalmente dos fatores descritos acima.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
(Em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (R\$ milhões)	АН (%)		
Receita líquida de vendas	3.615,1	100,0%	2.402,6	100,0%	1.212,50	50,5%		
Custos das vendas	(2.620,8)	-72,5%	(1.775,6)	-73,9%	(845,2)	47,6%		
Lucro bruto	994,3	27,5%	627,0	26,1%	367,3	58,6%		
Despesas com vendas e distribuição	(236,0)	-6,5%	(166,8)	-6,9%	(69,2)	41,5%		
Despesas gerais e administrativas	(109,8)	-3,0%	(95,4)	-4,0%	(14,4)	15,1%		
Despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos	(51,5)	-1,4%	(64,1)	-2,7%	12,6	-19,7%		
Ganhos por redução ao valor recuperável de contas a receber	3,7	0,1%	0,9	0,0%	2,8	311,1%		
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	74,6	2,1%	(148,0)	-6,2%	222,6	-150,4%		
Ganhos na posição monetária líquida	44,1	1,2%	40,1	1,7%	4	10,0%		
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas e impostos	719,4	20,0%	193,7	8,1%	525,7	271,4%		
Receitas financeiras	178,1	4,9%	216,3	9,0%	(38,2)	-17,7%		
Despesas financeiras	(187,0)	-5,2%	(302,3)	-12,6%	115,3	-38,1%		
Receita (despesas financeiras, líquidas)	(8,9)	-0,2%	(86,0)	-3,6%	77,1	-89,7%		
Resultado de equivalência patrimonial	3,3	0,1%	(0,1)	0,0%	3,4	-3400,0%		
Resultado antes dos impostos	713,8	19,7%	107,6	4,5%	606,2	536,4%		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(89,6)	-2,5%	(38,3)	-1,6%	(51,3)	133,9%		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(57,5)	-1,6%	52,9	2,2%	(110,4)	-208,7%		
Imposto de renda e contribuição social	(147,1)	-4,1	(14,6)	-0,6%	(161,7)	1.107,0%		
Lucro líquido do exercício	566,7	15,7%	122,2	5,1%	444,5	363,7%		

PÁGINA: 19 de 69

A seguir estão descritas as principais variações na demonstração de resultado da Companhia:

Receita líquida de vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou receita líquida de vendas no valor de R\$ 3.615,1 milhões, um crescimento de 50,5% em comparação aos R\$ 2.402,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este desempenho decorreu das seguintes variações: (i) segmento de componentes de motores, representando 90,7% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 90,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A Companhia registrou neste segmento uma receita de R\$ 3.278,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 2.166,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentando um crescimento de 51,3%; e (ii) segmento de filtros, representando 9,3% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 9,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A Companhia registrou neste segmento uma receita de R\$ 337,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 235,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentando um crescimento de 43,0%. Tais variações decorreram do crescimento das vendas ao mercado de equipamento original e de Aftermarket, através de ganho de novos contratos com clientes, repasses de aumento de preço geradas pela inflação do período e prospecção de novos clientes. Há que se destacar também que o ano anterior (2020) foi marcado pelo pior momento da pandemia e, portanto, a retomada da atividade econômica impactou diretamente as variações acima mencionadas.

Custos das vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o custo das vendas aumentou em R\$ 845,2 milhões, ou 47,6%, passando para R\$ 2.620,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 1.775,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Referida variação decorreu principalmente do aumento de preços recorrentes nas matérias-primas e insumos em toda a cadeia de suprimentos. Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, verificaram-se aumentos de preços recorrentes nas matérias-primas e insumos em toda a cadeia de suprimentos. Por este motivo, foi de suma importância o relacionamento transparente com os fornecedores e clientes, de forma a proporcionar um ambiente mais confortável para as partes. Um trabalho estruturado e metódico para formação de preços ajudou a superar as adversidades. Por este motivo, destaca-se que os custos das vendas cresceram 47,6%, enquanto a receita cresceu 50,5%. Ou seja, a Companhia foi capaz de gerir um ambiente adverso e manter a evolução dos custos abaixo do crescimento da receita.

Despesas com vendas e distribuição

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas com vendas e distribuição foram de R\$ 232,3 milhões comparado a R\$165,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, ou seja, um crescimento de 40,0%. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento dos fretes e gastos variáveis com vendas. Se for levado em consideração que a receita líquida de vendas cresceu 50,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, pode-se verificar que a Companhia conseguiu manter estas despesas em níveis coerentes com sua estrutura operacioal, considerando o ambiente desafiador ao longo do ano que permaneceu com incertezas acerca dos desdobramentos da pandemia e a recuperação da economia global, com efeitos futuros em várias áreas, incluindo as operações da Companhia.

Despesas gerais e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 109,8 milhões, quando comparado a R\$ 95,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O principal motivo da variação foi o aumento das despesas com manutenção, materiais e utilidades.

Despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos

As despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 51,5 milhões comparativamente a R\$ 64,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Enquanto esta despesa representava 2,7% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, passou a representar 1,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com o advento da pandemia da COVID-19, o mercado como um todo buscou medidas de proteção de caixa e, portanto, referida variação decorreu do foco da Companhia no desenvolvimento de produtos de rápida aplicação e/ou comercialização em função do cenário de pandemia.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas registraram no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 uma receita líquida de R\$ 74,6 milhões, ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 registraram uma despesa líquida de R\$ 148,0 milhões. Referida variação se deve, principalmente, à receita não recorrente oriunda de créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS no montante de R\$ 96,7 milhões.

Ganhos (perdas) por redução ao valor recuperável de contas a receber

Os ganhos por redução ao valor recuperável de contas a receber aumentaram R\$ 2,8 milhões, ou 311,1%, de R\$ 0,9 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 3,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente em decorrência da redução da inadimplência em sua carteira de recebíveis.

Ganhos na posição monetária líquida

Os ganhos na posição monetária líquida registraram, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, uma receita líquida de R\$ 44,1 milhões, ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou uma receita líquida de R\$ 40,1 milhões. A Administração da Companhia entende que não houve variação relevante nos ganhos na posição monetária líquida.

Resultado financeiro líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi registrada uma despesa financeira líquida de R\$ 8,9 milhões, ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi apurada uma despesa financeira líquida de R\$ 86,0 milhões, apresentando uma variação positiva de R\$ 77,1 milhões entre os períodos. Tal variação decorreu, principalmente, de juros recebidos decorrentes de receita com aplicações financeiras no montante de R\$ 32,5 milhões, assim como da variação cambial líquida e resultado com derivativos no montante de R\$ 45,3 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou uma despesa de R\$ 147,1 milhões com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou uma despesa de R\$ 14,6 milhões. Essa variação se deve, principalmente, do imposto corrente que atingiu R\$ 89,6 milhões de despesa e imposto diferido que totalizou uma receita de R\$ 57,5 milhões, sem impacto no caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, composto principalmente pela movimentação de provisões e pelo reconhecimento do crédito fiscal da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, no montante de R\$ 36,2 milhões (sem correção de juros SELIC).

Lucro líquido do exercício

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 566,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado a R\$ 122,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Referida variação de R\$ 444,5 milhões é decorrente dos fatores citados nas explicações acima.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos e anos indicados:

PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2023	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2022	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	337,4	159,1	112,1%
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(32,5)	54,4	(159,7)%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(494,9)	(373,3)	32,6%
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	(32,3)	(23,1)	39,8%
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(222,3)	(182,9)	21,5%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 337,4 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023, comparado a um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R\$ 159,1 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2022. Esse aumento se deve, principalmente, ao aumento do resultado antes dos impostos no montante de R\$ 203,9 milhões.

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 32,5 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023, comparado a um caixa líquido gerado de R\$ 54,4 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2022. Essa variação se deve, principalmente, à aquisição de títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 101,5 milhões, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 494,9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023 comparado a R\$ 373,3 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2022. Esse aumento se deve à dinâmica de ingressos menores de financiamentos, aliado à maior amortização de principal e juros de financiamentos, somado ao maior pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no período.

Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos

A redução de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 222,3 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023 comparada a R\$ 182,9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2022. Esse aumento se deve, principalmente, aos fatores explicados anteriormente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022			
(em R\$ milhões, exceto %)	2022	2021	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	538,0	357,9	50,3%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(41,5)	(160,5)	-74,2%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(411,5)	(435,0)	-5,4%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 538,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 357,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento se deve, principalmente, ao impacto dos créditos ICMS na base PIS e COFINS no montante de R\$ 40,3 milhões, e à reversão de provisões diversas no montante de R\$ 68,6 milhões, ambos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 41,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 160,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução se deve, principalmente, à redução dos saldos com empréstimos a partes relacionadas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia teve um recebimento líquido de R\$ 54,8 milhões de empréstimos concedidos a empresas relacionadas, comparado a um desembolso líquido de R\$ 75,4 milhões de empréstimos concedidos a empresas relacionadas no exercíco social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 411,5 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado a R\$ 435,0 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução se deve, principalmente, à menor captação de empréstimos e financiamentos no período, com consequente redução no pagamento de principal e juros de financiamentos.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021		
(em R\$ milhões, exceto %)	2021	2020	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	357,9	490,2	-27,0%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(160,5)	(89,9)	78,5%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(435,0)	21,4	-2.132,7%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 357,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 490,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa redução se deve, principalmente, ao impacto negativo do crédito ICMS base PIS e COFINS no montante de R\$ 116,7 milhões e ao maior pagamento de imposto de renda e contribuição social no período, com variação de R\$ 70,3 milhões.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 160,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 89,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento se deve, principalmente, ao aumento dos saldos com empréstimos a partes relacionadas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia teve um desembolso líquido de R\$ 75,4 milhões de empréstimos concedidos a empresas relacionadas comparados com um desembolso líquido de R\$ 25,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$435,0 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado a R\$21,4 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A variação é decorrente do menor volume de captação de financiamentos no período, sendo compensado pelo maior volume de pagamentos de principal e juros de financiamentos captados em períodos anteriores.

2.2 - Resultados operacional e financeiro

- (a) resultados das operações da Companhia, em especial:
- (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais itens que compõem a receita operacional líquida¹ da Companhia são (i) o segmento de componentes de motores; e (ii) o segmento de filtros. Neste sentido, a receita operacional líquida corresponde à receita operacional bruta obtida com a comercialização de componentes de motores e filtros e serviços relacionados a estes produtos, deduzida dos impostos sobre vendas, descontos e devoluções.

Componentes de motores

O segmento de componentes de motores é composto por pistões, anéis de pistão, válvulas, bielas, bronzinas, buchas, arruelas de encosto, camisas de cilindro, anel de fogo, eixos de comando de válvulas, pinos de pistão, porta-anéis, entre outros. Em geral os produtos são utilizados em motores de combustão interna e em veículos automotores.

Filtros

O segmento de filtros é composto por filtros de combustível, filtros de ar, filtros de óleo, filtros de ar-condicionado, filtros de carvão ativado, separadores de óleo, tampas de comando de válvula, sistema de admissão de ar, pré filtros diesel e coletores de admissão que são aplicados em geral na linha automotiva leve e pesada. Também se aplica a esta operação fabricação de máscaras de proteção bacteriana. Sistemas de filtragem para separação de contaminantes sólidos e/ou líquidos tipo filtro prensa, filtros de linha e bombeamento de líquidos combustíveis, hidráulico e lubrificante com viscosidade até ISO 100 destinados a instalação e/ou operação em sistema de abastecimento com tanques aéreos ou subterrâneos. Equipamentos utilizados em postos de revenda de combustíveis, transportadoras, indústrias, grupo geradores, entre outros.

Para mais informações sobre os segmentos, vide o item 1.3 deste Formulário de Referência.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Custo das vendas e dos serviços prestados²

Os custos das vendas e dos serviços prestados são compostos das matérias-primas e demais materiais necessários para a fabricação dos produtos da Companhia. No segmento de componentes de motores, as principais matérias-primas são as *commodities* metálicas, tais como: alumínio, ferro níquel, ferro gusa, aço, cobre, níquel, estanho, silício, magnésio, bronze e liga de ferro, entre outros. No segmento de filtros, as principais matérias-primas são: resinas, papéis filtrantes e carvão ativado, entre outros. Outros insumos de produção tanto dos componentes de motores e filtros incluem energia elétrica, combustíveis, gás natural, gás liquefeito de petróleo (GLP), embalagens de plástico, madeira, papel e papelão.

Nas Demonstrações Financeiras consolidadas da MAHLE Metal Leve dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a receita operacional líquida corresponde à rubrica receita líquida de vendas.

Nas Demonstrações Financeiras consolidadas da MAHLE Metal Leve dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o custo das vendas e dos serviços prestados corresponde à rubrica custo das vendas.

Considera-se também na composição a mão de obra direta (exemplo: trabalhadores de fábrica) e indiretamente (exemplo: áreas de manutenção, engenharia e ferramentaria) e a depreciação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de produção.

Despesas com vendas e distribuição

As despesas com vendas e distribuição englobam, principalmente, despesas de pessoal relacionadas à equipe de vendas bem como comissões sobre vendas, fretes, taxas aduaneiras, propagandas e custos com licença de marca.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas são compostas principalmente de salários, encargos e benefícios do pessoal administrativo e serviços profissionais terceirizados

Despesas para pesquisas de tecnologias e produtos

As despesas para pesquisas de tecnologia e produtos incluem: (i) despesas com o desenvolvimento de novas tecnologias, tais como a tecnologia *flex fuel*; (ii) despesas com o desenvolvimento de novos produtos, tais como novos anéis de pistão de baixo atrito visando à redução de emissões de carbono dos motores à combustão; (iii) despesas com o aprimoramento de produtos existentes; e (iv) despesas com aprimoramento dos processos produtivos.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais incluem principalmente a recuperação de impostos sob litígio que foram pagos indevidamente em anos anteriores, o ganho na alienação de ativos imobilizados e valores oriundos de reversões de provisões diversas, mais comumente de provisões contingenciais e fiscais e provisões para perdas com contratos. As outras despesas operacionais são compostas principalmente pela constituição de provisões diversas, tais como provisões contingenciais e fiscais, provisões para perdas com contrato e provisões para perdas com intangíveis (impairment).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) operacionais no resultado. Além disso, a Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de outras receitas.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras incluem principalmente (i) a remuneração auferida com aplicações financeiras, que se referem primordialmente a certificados de depósitos bancários remunerados em torno de 100% dos juros proporcionados pelos certificados de depósito interbancário (CDI), (ii) ajustes contábeis positivos advindos: (A) da valorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real sobre ativos em moeda estrangeira (por exemplo, recebíveis de exportação) e (B) da desvalorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real incidente sobre passivos em moeda estrangeira (por exemplo, importações e endividamento em moeda estrangeira), em ambos os casos medidos mensalmente e a cada data de liquidação de tais ativos e passivos, e (iii) ganhos em operações com instrumentos derivativos.

As despesas financeiras incluem principalmente (i) juros sobre contratos de empréstimos e financiamentos, e (ii) ajustes contábeis negativos oriundos: (A) da valorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real incidente sobre passivos em moeda estrangeira (por exemplo, débitos relativos a matérias primas importadas e empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira) e (B) da desvalorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real incidente sobre passivos em moeda estrangeira (por exemplo, recebíveis de exportação), medidos mensalmente e a cada data de liquidação de tais ativos e passivos, e (iii) perdas em operações com instrumentos derivativos.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social é composto pela realização de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais que possam ser utilizados.

Corrente

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

Diferido

As inclusões ao lucro contábil de quando da apuração do lucro tributável corrente geram créditos tributários diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados usando-se as alíquotas vigentes destes tributos quando da apuração da sua base de cálculo na data do balanço respectivo. O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, nos casos em que houver, não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada em anos futuros em até 30% do montante do lucro tributável de cada novo exercício. Os valores diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no ativo somente na proporção da probabilidade de que se apure lucro real no futuro.

Condições econômicas do Brasil

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados por condições econômicas gerais que ocorrem no Brasil.

Ao longo do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023, o cenário macroeconômico mundial apresentou ligeira melhora comparado com o mesmo período de 2022. Por exemplo, superando projeções, no segundo trimestre do ano a Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 0,9%, em comparação aos primeiros três meses de 2023, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com o segundo trimestre do ano passado, a economia brasileira avançou 3,4%. No Brasil, o ano foi marcado pelas políticas adotadas pelo governo de transferência de renda, valorização do salário mínimo e demais programas sociais, de renegociação de dívidas das famílias

de baixa renda, aliadas a certo alívio proveniente da descompressão das taxas de inflação, permitem a elevação do poder de compra da renda das famílias. O maior consumo de bens e aquisição de serviços promove a expansão da atividade de serviço, um setor altamente empregador, dinamizando o mercado de trabalho. O segundo fator de dinamismo é o desempenho das exportações do petróleo e dos produtos da supersafra da agropecuária.

O ganho de novos mercados faz com que a taxa de crescimento das exportações brasileiras seja superior à taxa de crescimento do comércio internacional. Na contramão está a estagnação dos investimentos em máquinas e equipamentos e da indústria da transformação. A estagnação dos investimentos produtivos, por outro lado, tende a ser superada caso as medidas anunciadas pelo governo federal, do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entrem em vigor.

A taxa SELIC que fechou o ano de 2022 em 13,75% a.a., da mesma forma que em 30 de junho de 2023 fechou em 13,75% a.a.

Ao longo de 2022, o cenário macroeconômico mundial apresentou piora comparado com 2021, considerando os juros em elevação e redução do nível de atividade, ao passo que a inflação alta persistiu e provocou o início de ciclos de aperto monetário nos Estados Unidos e na Europa, com discursos cada vez mais duros dos dirigentes dos bancos centrais e taxas de juros maiores. Adicionalmente, o referido cenário foi agravado pelo prolongamento da guerra entre Rússia e Ucrânia e as suas consequências econômicas; na China, os *lockdowns* para atender a política de "covid zero"; e a reversão das políticas fiscais expansionistas face ao recuo da pandemia e à necessidade de combater a inflação.

No Brasil, o ano foi marcado pelas eleições presidenciais, pelo impacto da política monetária apertada, e pelo ritmo de expansão da atividade econômica, que até apresentou sinais de arrefecimento na indústria e nos serviços. No mercado de crédito, enquanto a inadimplência e o comprometimento de renda preocuparam, o volume de concessões apresentou acomodação, após a elevação do início do ano. A taxa SELIC que fechou o ano de 2021 em 9,25% a.a., enquanto em 2022 fechou em 13,75% a.a.

Conforme Ata do Comitê de Política Monetária (Copom), da 252ª Reunião, emitida em 07 de fevereiro de 2023, o ambiente externo foi marcado pela perspectiva de baixo crescimento global em 2023. A flexibilização da política de combate à Covid na China, um inverno mais ameno na Europa suaviza a desaceleração econômica global que se esperava para os próximos trimestres em função do aperto das condições financeiras nas principais economias.

Apesar da queda, especialmente em itens voláteis e afetados por medidas tributárias, a inflação ao consumidor continuou elevada.

Em relação à atividade econômica brasileira, a divulgação do PIB apontou ritmo de crescimento mais moderado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023, que, segundo a pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, apresenta índice inferior a 1,0%.

Ao longo do ano de 2021, o ambiente de negócios se apresentou igualmente desafiador. Toda a cadeia de suprimentos foi significativamente afetada por aumentos de preços e escassez de produtos.

Em geral, no mercado também houve um impacto na cadeia de suprimentos devido à falta de navios e contêineres, associado à escassez de matérias-primas como aço, resina, produtos importados. Como consequência, além do impacto dos preços de produtos, houve aumento significativo nos valores de fretes e consequente, de fretes especiais (aéreos).

Em 2020, certamente não tem como deixar de falar sobre a pandemia da COVID-19, pois a extensão dos impactos da crise trazida pelo vírus é inestimável.

Ainda no primeiro trimestre de 2020 os efeitos da pandemia começaram a atingir a sociedade e a economia brasileira, sobretudo, após o advento da quarentena, o que acarretou a paralisação das atividades – o chamado "Shutdown". Já a partir da segunda quinzena do mês de março, o mercado começou a sentir seus efeitos, sendo que o pico de queda da atividade econômica ocorreu no mês de abril e a partir do início do segundo semestre pôde-se perceber uma trajetória de recuperação.

O mercado ainda foi impactado pela queda na confiança do consumidor em decorrência do cenário totalmente imprevisível, os indivíduos que não foram afetados pelo desemprego, se encontraram em um cenário de incertezas e como consequência, com aversão ao risco e, portanto, mais comedidos em gastos naquele momento, ou seja, a cadeia de varejo apresentou reduções nas compras.

As divulgações de indicadores de atividade econômica ao final de 2020 evidenciaram um movimento gradual e heterogêneo de recuperação apresentado pela economia brasileira reflexo do auxílio emergencial do Governo brasileiro à sociedade e do deslocamento do consumo das famílias para os serviços (diretamente impactados pelas medidas de isolamento social). A indústria também apresentou retomada em relação à queda provocada pela pandemia.

Há que se considerar os efeitos da segunda onda de COVID-19 ao redor do mundo, a qual gerou um impacto negativo nos países desenvolvidos, bem como nos demais, contribuindo para um ambiente de incertezas e que prejudicou a recuperação da atividade econômica global.

Continuaremos a acompanhar a evolução de todo o contexto econômico no Brasil e no mundo, visando adequar as operações de acordo com o volume dos negócios.

A Companhia busca equilibrar a atuação nos mercados em que atua, tanto interno e externo, de forma a compensar as oscilações nos diferentes segmentos e a estabilizar nossas margens de lucratividade ao longo do tempo.

Apesar dos inúmeros desafios impostos pelo segundo ano consecutivo da pandemia da COVID-19, a Companhia demonstrou mais uma vez resiliência em 2021. O resultado é fruto da motivação de seus colaboradores e do estreito relacionamento que mantém com seus *stakeholders*, além do suporte de uma infraestrutura consolidada de pesquisa e tecnologia que garantiu oferta de produtos e serviços de qualidade e agilidade.

A estratégia, contudo, vai além de gerar resultados financeiros, mas também cuidar das pessoas e fortalecer sua marca empregadora, relacionando-se com seu público – interno e externo – para oxigenar os projetos existentes e futuros.

O mundo do trabalho de amanhã será ainda mais complexo e veloz, exigindo tomadas de decisão eficientes. Para tanto, é necessária iniciativa, confiança mútua e equipes motivadas que contribuam com ideias inovadoras ao longo do caminho para a mudança. É essencial aproveitarmos nosso potencial trabalhando juntos como "Uma Equipe" para tornar a MAHLE Metal Leve S.A. adequada para o futuro. Nossos princípios de liderança nos ajudarão a alcançar isso, fornecendo-nos orientação e nos mantendo no curso.

Por conta da pandemia da COVID-19, a MAHLE Metal Leve ainda mantém um comitê de crise para acompanhar o tema em todas as suas plantas, com o objetivo de monitorar o risco de contaminação

dos colaboradores e prestadores de serviços. Desta forma, diversas medidas ainda são adotadas, seguindo as recomendações e determinações dos órgãos de saúde e protocolos sanitários rigorosos, e ainda permite o trabalho remoto nas áreas que tenham a possibilidade de exercer as suas atividades desta forma, como áreas administrativas, através do *Home Office*.

Nosso setor está passando, e continuará a passar por um período de profundas mudanças. A transformação vai muito além de uma mudança tecnológica e foi ainda mais acelerada pela crise do coronavírus. Para ter sucesso em moldar a transformação, tornamos a nossa organização mais ágil e flexível e tomamos decisões mais rapidamente. A forma como lideramos e lidamos com os diversos temas, trabalhando juntos, de acordo com as circunstâncias novas e dinâmicas incentivam o protagonismo nas pessoas.

Poder aquisitivo dos consumidores

Conforme cresce o poder aquisitivo da população brasileira, aumentam as vendas de veículos novos, ou em menor grau, a manutenção de veículos usados. Como consequência, as vendas dos nossos produtos e serviços tendem a crescer.

Financiamento ao consumidor

Um incremento nas taxas de juros e/ou uma redução nos prazos ou disponibilidade de financiamento ao consumidor afetam os resultados da companhia, uma vez que menor volume de linhas de crédito tende a reduzir as vendas de veículos, que por sua vez reduzem a demanda pelos produtos e serviços que vendemos.

Preços de matérias-primas

O custo dos produtos vendidos da Companhia é afetado pelas oscilações das matérias-primas que a mesma utiliza em seus processos produtivos. Os insumos metálicos, principalmente alumínio, ferro, níquel e cobre e têm grande peso no seu custo dos produtos vendidos.

London Metal Exchange	Metal	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2021
Cotações médias dos produtos (em US\$)	Alumínio	2.366,02 -12,6%	2.706,54 9,4%	2.474,07 <i>44</i> ,6%
	Níquel	24.236,09 -5,4%	25.626,97 77,4%	14.443,10 3,9%
	Cobre	8.729,77 -1,0%	8.813,89 -5,4%	9.316,15 <i>4</i> 9,8%
	Estanho	26.320,53 -16,1%	31.361,87 -3,7%	32.573,38 89,2%

Fonte: https://www.lme.com/ / https://maxiligas.com.br/

Custos de mão de obra

Como as operações da Companhia envolvem o uso intensivo de mão de obra, os custos com mão de obra têm influência significativa nos resultados da Companhia. Os reajustes do custo com mão de obra com base nos dissídios coletivos (Data Base da categoria) em 31 de dezembro de 2022, de 2021 e de 2020 foram de 6,46%, 11,08% e 4,77%, respectivamente. Importante destacar que, o reajuste de 2023 deverá ainda ser negociado no quarto trimestre de 2023.

Ganhos de produtividade e saltos tecnológicos

A Companhia atua em um setor altamente competitivo e que demanda um alto grau de inovação tecnológica. O destaque em seu setor de atuação se dá em função do foco no desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, tanto no sentido do lançamento de novos produtos inovadores quanto em novas aplicações e aprimoramentos dos produtos já existentes, visando a descomoditização dos mesmos. Os saltos tecnológicos têm historicamente permitido vender produtos e serviços com margens mais elevadas.

A Companhia ressalta, ainda, que seus contratos de fornecimento usualmente possuem cláusula de produtividade anual solicitada pelo cliente, que prevê repasse de ganhos de produtividade preestabelecidos. Deste modo, é necessário ganhar produtividade para preservar suas margens.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Modificação de Preços

Os resultados da Companhia podem ser afetados pela modificação de preços, o que acaba afetando a sua receita bruta, uma vez que a Companhia realiza negociações comerciais para que os aumentos nos custos sejam repassados para os seus clientes, de forma a mitigar o impacto em seus resultados.

Taxas de Câmbio

Como a receita de vendas da Companhia para o mercado externo é realizada principalmente em Dólar norte-americano e o Euro, enquanto a sua moeda funcional é o Real, valorizações da moeda brasileira em relação à moeda estrangeira têm o efeito de reduzir a receita de vendas de exportações da Companhia, ao passo que desvalorizações da moeda brasileira em relação à moeda estrangeira têm o efeito contrário. Desta forma, uma valorização do Real frente às moedas dos seus principais mercados consumidores no exterior, principalmente na América do Norte e na União Europeia, encarecem os seus produtos e serviços quando cotados naquelas moedas, tornando-os menos competitivos e diminuindo as receitas de suas exportações. Em contrapartida, uma desvalorização do Real frente às moedas torna os seus produtos e serviços mais acessíveis, consequentemente tornando-os mais competitivos e aumentando as receitas de suas exportações.

Ainda, parte da receita de vendas da Companhia é realizada em Pesos argentinos, sendo que valorizações da moeda brasileira em relação à moeda argentina têm o efeito positivo decorrente das operações na Argentina, em função da consolidação das demonstrações financeiras.

Aquisição de Ativos

Não houve aquisição de ativos relevantes no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A Companhia busca de forma permanente o aprimoramento de seus processos produtivos, logísticos e administrativos a fim de realizar ganhos de produtividade e demais sinergias para absorver os efeitos dessas variáveis. A Companhia, ainda, e para minimizar esses efeitos, quando possível,

mantém contratos de fornecimento com cláusulas de reajuste de preços e operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para reduzir sua exposição a riscos financeiros, principalmente, de taxa câmbio e decorrentes da mudança de preços de *commodities* de materiais metálicos empregados na fabricação de seus produtos.

A tabela abaixo mostra os principais indicadores de desempenho da economia brasileira referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como a posição em 30 de junho de 2023.

Principais indicadores	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Crescimento / queda PIB (em reais)	3,7%	2,9%	4,6%	-4,1%
Inflação (IGP-M) (i)	-6,8%	5,5%	17,8%	23,1%
Inflação (IPCA) (ii)	3,2%	5,8%	10,1%	4,5%
Taxa de câmbio média – US\$1,00 (iii)	R\$ 5,163	R\$ 5,165	R\$ 5,395	R\$ 5,156
Taxa de câmbio no fim do ano – US\$1,00	R\$ 5,406	R\$ 5,218	R\$ 5,581	R\$ 5,197
Depreciação (apreciação) do real x dólar norte-americano	3,6%	-6,5%	7,4%	28,9%

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Banco Central

Impacto da inflação

Os resultados da Companhia podem ser afetados pela inflação, sendo que os custos e as despesas podem ser reajustados quando os nossos fornecedores ou prestadores de serviços aumentam seus preços, desta forma, nossa receita bruta também é indiretamente afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos aumentos nos custos e despesas para nossos clientes através de aumentos de preços, de forma a mitigar o impacto da inflação em nossos resultados.

Os insumos utilizados pela Companhia, assim como para o mercado geral, sofreram variações de preços nos primeiros seis meses de 2023, bem como em 2022 e 2021, considerando a inflação do país no período, e a volatilidade dos preços das commodities metálicas, no mercado internacional.

Adicionalmente, renegociações posteriores junto a fornecedores ajudam a equilibrar estes ajustes, mantendo desta forma as margens da Companhia em níveis históricos. Nossos preços de venda são recalculados de acordo com as características de cada pedido e tendem a refletir as condições correntes do mercado, incorporando aumentos dos custos dos insumos de forma natural.

Em função deste cenário, a Companhia tem conseguido manter o resultado operacional em níveis satisfatórios, uma vez que obteve sucesso no repasse do aumento desses itens para seus clientes.

Desta forma, a Companhia não realiza cálculo de análise de sensibilidade no tocante à inflação, uma vez que esta é repassada, em grande parte, no preço final dos nossos produtos.

Variação de preços dos principais insumos e produtos

O custo dos produtos vendidos da Companhia é afetado pelas oscilações do preço das *commodities* utilizadas em seus processos produtivos. No segmento de componentes de motores, os insumos metálicos, principalmente alumínio, cobre, ferro e níquel tem grande peso no custo de produtos

⁽i) A inflação (IGP-M) é o índice geral de preços de mercado medido pela Fundação Getúlio Vargas.

⁽ii) A inflação (IPCA) é um índice amplo de preços ao consumidor medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo a referência para as metas de inflação estabelecidas pelo CMN.

⁽iii) Representa a média das taxas de venda comerciais no último dia de cada mês durante o período.

vendidos da Companhia. No segmento de filtros, papéis filtrantes e resinas compõem os principais insumos e a variação de preços de tais insumos tende a impactar o custo de produtos vendidos deste segmento. Contudo, correções são aplicadas também aos custos referentes ao valor agregado, como mão de obra, energia elétrica e outros. Para tanto, índices são pré-estabelecidos com as montadoras e observada à periodicidade estabelecida nos contratos, os reajustes são absorvidos pelos clientes (para mais ou para menos).

A política de contabilidade de *hedge* está devidamente formalizada e determina os objetos de hedge passíveis de designação; os instrumentos de hedge autorizados; e a metodologia adotada para avaliar a efetividade da relação de hedge, de forma que, caso ocorram alterações futuras nos preços das commodities não incorram impactos significativos no resultado da Companhia.

Este cenário de análise e controle da variação de preços dos principais insumos e produtos foi observado ao longo do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Commodities Posição Ativa	Preço médio ponderado para o vencimento	Nocional (toneladas) 30/06/2023	Nocional (toneladas) 31/12/2022	Nocional (toneladas) 31/12/2021
Cobre	8.836	110	247	266
Alumínio	2.290	266	209	0
Total		376	456	266

<u>Câmbio</u>

A instabilidade cambial pode afetar adversamente a economia brasileira, logo, a Companhia é diretamente afetada por flutuações nas taxas de câmbio, já que parte da sua receita é proveniente de exportações, pois, a Companhia pode ser considerada exportadora líquida, ou seja, as suas exportações superam as suas importações. Este é um risco decorrente da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, logo, a Companhia contrata instrumentos de proteção tanto para as exposições cambiais oriundas das operações incorridas (Fluxo de caixa efetivo) quanto para exposições oriundas das expectativas traçadas no Plano Econômico (Fluxo de caixa orçado).

Para exposições cambiais, a Companhia e suas controladas contratam operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo termo de moeda denominada "*Non Deliverable Forward – NDF*", onde a política de proteção cambial determina que o "hedge" contratado pela Companhia deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso. Essa limitação define o teto ou a exposição cambial máxima permitida à Companhia.

A posição da Companhia é short (vendida – USD e Euro), pois há um volume de moeda ativa significativo, devido ao mercado de exportação, e consequentemente há um risco de valorização da moeda brasileira (Real) frente a estas moedas. Já no caso das operações de JPY a nossa posição é comprada (*long*).

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1. e 2.2 deste Formulário de Referência.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável, uma vez que não foram incluídas opiniões modificadas e ênfases no relatório do auditor independente referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023 e referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023.

2.5 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou as seguintes medições não contábeis nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em R\$ milhões,	Período de seis me junh		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
exceto %)	2023	2022	2022	2021	2020
EBITDA	514,2	360,0	816,9	823,1	296,6
Margem EBITDA	24,0%	18,9%	19,3%	22,8%	12,3%
EBITDA Ajustado	N/A	N/A	845,2	726,4	413,6
Margem EBITDA Ajustado	N/A	N/A	20,0%	20,1%	17,2%
Lucro Operacional Depois do Imposto (NOPAT)	345,9	243,2	569,5	573,7	219,9
Retorno sobre Capital Investido (ROIC)	18,3%	14,0%	30,2%	32,5%	14,0%
Capital Investido	1.886,5	1.731,3	1.887,1	1.766,1	1.576,1
Capital de Giro Líquido	912,6	741,1	880,9	757,0	562,2
Dívida Bruta	(449,3)	N/A	(414,1)	(262,4)	(552,3)
Caixa (Dívida) Líquido	(155,2)	N/A	91,3	246,4	133,2

Adicionalmente, a Companhia elabora as seguintes medições não contábeis para o período de doze meses findo em 30 de junho de 2023:

Período de doze meses findo em 30 de junho de 2023	(em R\$ milhões)
EBITDA UDM	971,2
EBITDA Ajustado UDM	999,5
Margem EBITDA UDM	21,8%
Margem EBITDA Ajustado UDM	22,4%
NOPAT UDM	672,2
ROIC UDM	35,6%
Receita Operacional Líquida UDM	4.457,5
Margem Líquida UDM	15,8%
Lucro Líquido UDM	705,0

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, EBITDA UDM, EBITDA Ajustado UDM, Margem EBITDA UDM e Margem EBITDA Ajustado UDM

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxation, Depreciation and Amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("**Resolução CVM 156**"), conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas e informações financeiras intermediárias consolidadas e consiste no lucro líquido do período, ajustado pelas receitas (despesas) financeiras, líquidas, pelo imposto de renda e contribuição social e pela depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por qualquer evento que, no entendimento da Administração, não tenha relação com o curso normal da operação da Companhia. O cálculo do EBITDA Ajustado consiste no EBITDA, ajustado pelos seguintes itens: (i) redução ao valor recuperável de ágio, (ii) acordo para aquisição da participação do quotista minoritário da controlada MAHLE Filtroil Indústria e Comércio de Filtros Ltda., (iii) efeitos da baixa do projeto MBE2, o qual foi descontinuado pela Companhia no ano de 2020; (iv) direitos creditórios – prefeitura de Limeira; e (v) créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA UDM é calculado pelo EBITDA para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 subtraído do EBITDA para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 e somado pelo EBITDA para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

O EBITDA Ajustado UDM é calculado pelo EBITDA Ajustado para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 subtraído do EBITDA para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 e somado pelo EBITDA para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

A Margem EBITDA UDM é calculada pelo EBITDA UDM dividido pela Receita Operacional Líquida UDM. Por sua vez, a Margem EBITDA Ajustado UDM é calculada pelo EBITDA Ajustado UDM dividido pela Receita Operacional Líquida UDM.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA UDM, o EBITDA Ajustado UDM, a Margem EBITDA UDM e a Margem EBITDA Ajustado UDM não são medidas contábeis segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido do período e não são utilizados como base para a distribuição de dividendos. Ademais, uma vez que o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA UDM, o EBITDA Ajustado UDM, a Margem EBITDA UDM e a Margem EBITDA Ajustado UDM não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que afetam os lucros da Companhia, tais como resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, depreciação e amortização e eventos que, no entendimento da Administração, não tenham relação com o curso normal da operação da Companhia, o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA UDM, o EBITDA Ajustado UDM, a Margem EBITDA UDM e a Margem EBITDA Ajustado UDM apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores da rentabilidade da Companhia. O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA UDM, o EBITDA Ajustado UDM, a Margem EBITDA UDM e a Margem EBITDA Ajustado UDM não possuem significado padrão e as definições do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustado, do EBITDA UDM, do EBITDA Ajustado UDM, da Margem EBITDA UDM e da Margem EBITDA Ajustado UDM podem não ser comparáveis com a definição de outras companhias.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado são indicadores de desempenho econômico geral, que não são afetados por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros e dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, a Companhia acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são úteis como ferramentas adicionais para mensurar o seu desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

Lucro Operacional Depois do Imposto (NOPAT) e NOPAT UDM

O Lucro Operacional Depois do Imposto ("NOPAT") é o lucro líquido do período/exercício ajustado pelas receitas (despesas) financeiras líquidas e pelo efeito de imposto de renda e contribuição social calculado sobre as receitas (despesas) financeiras, líquidas, utilizando as alíquotas efetivas de imposto de renda e contribuição social.

O NOPAT UDM é calculado pelo NOPAT para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 subtraído do NOPAT para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 e somado pelo NOPAT para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

O NOPAT e o NOPAT UDM não são medidas contábeis segundo as BR GAAP ou IFRS, e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido e não são utilizados como base para a distribuição de dividendos. O NOPAT não possui significado padrão e a definição da Companhia de NOPAT pode não ser comparável com a definição de NOPAT de outras companhias.

Capital Investido

O Capital Investido corresponde à soma do saldo do imobilizado, intangível, ativo circulante, deduzido do passivo circulante.

O Capital Investido não é uma medida contábil segundo as BR GAAP ou IFRS, e não deve ser considerado como substituto para qualquer medição de ativo, passivo ou patrimônio líquido conforme BR GAAP e IFRS. O Capital Investido não possui significado padrão e a definição da Companhia de Capital Investido pode não ser comparável com a definição de Capital Investido de outras companhias.

Retorno sobre Capital Investido (ROIC) e ROIC UDM

O Retorno sobre Capital Investido ("ROIC") corresponde ao NOPAT dividido pelo Capital Investido.

O ROIC UDM é calculado pelo NOPAT dos últimos doze meses (UDM) dividido pelo Capital Investido em 30 de junho de 2023.

O ROIC e o ROIC UDM não são medidas contábeis segundo as BR GAAP ou IFRS, e não devem ser considerados como substituos para o lucro líquido e não são utilizados como base para a distribuição de dividendos. O ROIC não possui significado padrão e a definição da Companhia de ROIC pode não ser comparável com a definição de ROIC de outras companhias.

Capital de Giro Líquido

O Capital de Giro Líquido é calculado como sendo a soma do ativo circulante, menos o passivo circulante.

PÁGINA: 38 de 69

O Capital de Giro Líquido não é uma medida contábil reconhecida pelas BR GAAP ou IFRS e não deve ser considerado como substituto para qualquer medição de ativo, passivo ou patrimônio líquido conforme BR GAAP e IFRS. O Capital de Giro Líquido não possui significado padrão e a definição da Companhia de Capital de Giro Líquido pode não ser comparável com a definição de Capital de Giro Líquido de outras companhias.

Dívida Bruta e Caixa (Dívida) Líquido

A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). O Caixa (Dívida) Líquido corresponde ao saldo da Dívida Bruta deduzido (i) do saldo de caixa e equivalentes de caixa; (ii) dos títulos e valores mobiliários; e (iii) do saldo de mútuo a receber de partes relacionadas (empréstimos com partes relacionadas), somado ao saldo de mútuo a pagar a partes relacionadas.

A Dívida Bruta e o Caixa (Dívida) Líquido não são medidas contábeis reconhecidas pelas BR GAAP ou IFRS e não devem ser considerados como substituto para qualquer medição de endividamento ou liquidez conforme BR GAAP e IFRS. A Dívida Bruta e o Caixa (Dívida) Líquido não possuem significado padrão e as definições da Companhia de Dívida Bruta e Caixa (Dívida) Líquido podem não ser comparáveis com as definições de Dívida Bruta e Caixa (Dívida) Líquido de outras companhias.

Receita Operacional Líquida UDM

A Receita Operacional Líquida UDM é calculada pela receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 subtraindo a receita operacional líquida do exercício social encerrado em 30 de junho de 2022 e somando a receita operacional líquida do exercício social encerrado em 30 de junho de 2023.

Margem Líquida UDM

A Margem Líquida UDM é calculada pelo Lucro Líquido UDM dividido pela Receita Operacional Líquida UDM.

Lucro Líquido UDM

O Lucro Líquido UDM é calculado pelo lucro líquido de 31 de dezembro de 2022 subtraindo o lucro líquido de 30 de junho de 2022 e somando o lucro líquido de 30 de junho de 2023.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, EBITDA UDM e Margem EBITDA UDM

PÁGINA: 39 de 69

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA da Companhia nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022:

(Em R\$ milhões, exceto %)	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de		
(2023	2022	
Lucro líquido do período	378,9	236,3	
(+/-) Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(44,2)	8,9	
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	128,5	67,3	
(+) Depreciação e amortização	51,0	47,5	
EBITDA	514,2	360,0	
Receita operacional líquida	2.142,9	1.909,4	
Margem EBITDA	24,0%	18,9%	

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, o EBITDA Ajustado é igual ao EBITDA, pois não houve eventos que, no entendimento da Administração, não tenha relação com o curso normal da operação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
(2022	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	562,4	566,7	122,2	
(+/-) Receitas (despesas) financeiras, líquidas	9,1	8,9	86,0	
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	149,5	147,1	(14,6)	
(+) Depreciação e amortização	95,9	100,4	103,0	
EBITDA	816,9	823,1	296,6	
Ajustes:(1) (2) (3)				
Redução ao valor recuperável de ágio	-	-	29,7	
Acordo entre sócios	30,2	-	-	
Descontinuidade do projeto MBE2	-	-	87,3	
Direitos creditórios – prefeitura de Limeira	(1,9)	-	-	
Créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS	-	(96,7)	-	
EBITDA Ajustado	845,2	726,3	413,6	
Receita líquida de vendas	4.224,0	3.615,1	2.402,6	
Margem EBITDA	19,3%	22,8%	12,3%	
Margem EBITDA Ajustado	20,0%	20,1%	17,2%	

⁽¹⁾ Os ajustes realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 decorreram de despesas não-recorrentes oriundas da descontinuidade do desenvolvimento do projeto denominado MBE2, com impacto de R\$ 87,3 milhões, e redução ao valor recuperável de ágio (*impairment* da controlada MAHLE Argentina S.A.), com impacto de R\$ 29,7 milhões.

⁽²⁾ Os ajustes realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 decorreram da receita não-recorrente oriunda de créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Os ajustes realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 decorreram de despesa não recorrente oriunda de acordo para aquisição da participação do quotista minoritário da controlada MAHLE Filtroil Indústria e Comércio de Filtros Ltda. no montante de R\$ 30,2 milhões e receita não recorrente referente a direitos creditórios da prefeitura da cidade de Limeira (SP) no montante de R\$ 1,9 milhão.

EBITDA UDM, EBITDA Ajustado UDM e Margem EBITDA UDM

Reconciliação do EBITDA no período de doze meses findo em 30 de junho de 2023	
(A) EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	816,9
(B) EBITDA do período de seis meses findo em 30 de junho de 2022	360,0
(C) EBITDA do período de seis meses findo em 30 de junho de 2023	514,2
(=) EBITDA UDM (A-B+C)	971,2

Reconciliação do EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 30 de junho de 2023		
(A) EBITDA Ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	845,2	
(B) EBITDA do período de seis meses findo em 30 de junho de 2022	360,0	
(C) EBITDA do período de seis meses findo em 30 de junho de 2023	514,2	
(=) EBITDA Ajustado UDM (A-B+C)	999,5	

Reconciliação da Margem EBITDA no período de doze meses findo em 30 de junho de 2023	
(A) EBITDA UDM	971,2
(B) Receita Operacional Líquida UDM	4.457,5
(=) Margem EBITDA UDM (A/B)	21,8%

Reconciliação da Margem EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 30 de junho de 2023	(em %)
(A) EBITDA Ajustado UDM	999,5
(B) Receita Operacional Líquida UDM	4.457,5
(=) Margem EBITDA UDM (A/B)	22,4%

NOPAT

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do NOPAT da Companhia nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em R\$ milhões)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2022	2021	2020
Lucro líquido do período/exercício	378,9	236,2	562,4	566,7	122,2
(+) Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(44,2)	8,9	9,1	8,9	86,0
(+) Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre as receitas (despesas) financeiras, líquidas ⁽¹⁾	11,2	(2,0)	(1,9)	(1,8)	11,7
NOPAT	345,9	243,2	569,5	573,7	219,9

⁽¹⁾ Efeito calculado pela alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social (que foi de 25,3%, 22,2%, 24,7%, 22,8% e (39,5%) nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e nos exercícios socias encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente).

NOPAT UDM

Reconciliação do NOPAT no período de doze meses findo em 30 de junho de 2023	(em R\$ milhões)
(A) NOPAT do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	569,5
(B) NOPAT do período de seis meses findo em 30 de junho de 2022	243,2
(C) NOPAT do período de seis meses findo em 30 de junho de 2023	345,9
(=) NOPAT UDM (A-B+C)	672,2

ROIC e ROIC UDM

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do ROIC da Companhia nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em R\$ milhões, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2022	2021	2020
NOPAT	345,9	243,2	569,5	573,7	219,9
Capital Investido	1.886,5	1.731,3	1.887,1	1.766,1	1.576,1
ROIC	18,3%	14,0%	30,2%	32,5%	14,0%

ROIC UDM

Reconciliação do ROIC no período de doze meses findo em 30 de junho de 2023	(em %)
(A) NOPAT UDM	672,2
(B) Capital Investido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023	1.886,5
(=) ROIC UDM (A/B)	35,6%

Capital Investido

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do Capital Investido da Companhia em 30 de junho de 2023 e 2022 e em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em R\$ milhões)	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de		
(EIII K\$ IIIIIIOes)	2023	2022	2022	2021	2020
(+) Imobilizado	584,4	599,6	616,1	617,8	621,9
(+) Intangível	389,5	390,6	390,1	391,3	392,0
(+) Total do Ativo circulante	1.892,0	1.638,2	1.920,0	1.601,0	1.579,0
(-) Total do Passivo circulante	979,4	897,1	1.039,1	844,0	1.016,8
Capital Investido	1.886,5	1.731,3	1.887,1	1.766,1	1.576,1

Capital de Giro Líquido

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do Capital de Giro Líquido da Companhia em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em R\$ milhões)	Em 30 d	e junho de	Em 31 de dezembro de		
(Em Ka minoes)	2023	2022	2022	2021	2020
(+) Total do Ativo circulante	1.892,0	1.638,2	1.920,0	1.601,0	1.579,0
(-) Total do Passivo circulante	979,4	897,1	1.039,1	844,0	1.016,8
Capital de Giro Líquido	912,6	741,1	880,9	757,0	562,2

Dívida Bruta e Caixa (Dívida) Líquido

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Dívida Bruta e Caixa (Dívida) Líquido da Companhia em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em R\$ milhões)	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	2023	2022	2021	2020
Empréstimos e financiamentos (circulante)	(188,7)	(209,9)	(162,8)	(402,4)
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	(260,6)	(204,2)	(99,6)	(149,9)
Dívida Bruta	(449,3)	(414,1)	(262,4)	(552,3)
Caixa e equivalentes de caixa	205,1	427,4	361,1	607,8
Títulos e valores mobiliários	104,2	-	-	-
Mútuo a receber de partes relacionadas ⁽¹⁾	-	78,1	147,7	77,7
Mútuo a pagar a partes relacionadas	(15,2)	-	-	-
Caixa (Dívida) Líquido	(155,2)	91,4	246,4	133,2

⁽¹⁾ Nas Demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2022 e 2021, refere-se à rubrica empréstimos com partes relacionadas.

Receita Operacional Líquida UDM

Reconciliação da Receita Operacional Líquida no período de doze meses findo em 30 de junho de 2023	(em R\$ milhões)
(A) Receita Operacional Líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	4.224,0
(B) Receita Operacional Líquida do período de seis meses findo em 30 de junho de 2022	1.909,4
(C) Receita Operacional Líquida do período de seis meses findo em 30 de junho de 2023	2.142,9
(=) Receita Operacional Líquida UDM (A-B+C)	4.457,5

Margem Líquida UDM

Reconciliação da Margem Líquida no período de doze meses findo em 30 de junho de 2023	
(A) Lucro Líquido UDM	705,0
(B) Receita Operacional Líquida UDM	4.457,5
(=) Margem Líquida UDM (A/B)	15,8%

Lucro Líquido UDM

Reconciliação do Lucro Líquido no período de doze meses findo em 30 de junho de 2023	
(A) Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	562,4
(B) Lucro Líquido do período de seis meses findo em 30 de junho de 2022	236,3
(C) Lucro Líquido do período de seis meses findo em 30 de junho de 2023	378,9
(=) Lucro Líquido UDM (A-B+C)	705,0

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Por não serem medições reconhecidas de acordo com BR GAAP ou IFRS, as medições não contábeis apresentadas neste Formulário de Referência apresentam limitações, não possuem um significado padrão, podem não ser comparáveis a medições com títulos semelhantes e não devem ser consideradas em substituição a medidas reconhecidas pelo BR GAAP ou pelas IFRS.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, EBITDA UDM, EBITDA Ajustado UDM e Margem EBITDA UDM

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA UDM, o EBITDA Ajustado UDM e a Margem EBITDA UDM são utilizados como medida de desempenho pela administração da Companhia, por serem medidas práticas para aferir o desempenho operacional e liquidez e permitir a comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras companhias possam calculá-lo de maneira diferente.

A administração da Companhia acredita que o EBITDA retrata o seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outros: (i) à estrutura de capital, como despesas com juros de endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros; (ii) à estrutura tributária, como imposto de renda e contribuição social; e (iii) às despesas com depreciação e amortização. Estas características tornam o EBITDA um tipo de medida mais prática para fins de avaliação do desempenho da Companhia, pois aferem de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades.

A Margem EBITDA, por sua vez, demonstra a representatividade do EBITDA em relação à receita líquida de vendas da Companhia.

Ainda, a administração da Companhia acredita que o EBITDA Ajustado retrata o seu desempenho desconsiderando-se eventos não-recorrentes, ou seja, apenas eventos ligados à sua operação.

A Margem EBITDA Ajustado, por sua vez, demonstra a participação do EBITDA Ajustado em relação à receita líquida de vendas da Companhia.

O EBITDA UDM, o EBITDA Ajustado UDM e a Margem EBITDA UDM, por sua vez, demonstram o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA para o período de doze meses findo em uma data base específica, para fins de comparabilidade com os períodos anuais.

NOPAT e NOPAT UDM

A administração da Companhia acredita que o NOPAT é uma importante ferramenta comparativa para mensurar o desesempenho operacional da Companhia, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

O NOPAT UDM, por sua vez, demonstra o NOPAT para o período de doze meses findo em uma data base específica, para fins de comparabilidade com os períodos anuais.

ROIC e ROIC UDM

A administração da Companhia entende que a medição do ROIC é útil para a medição do resultado e do retorno da Companhia em relação aos seus investimentos, sendo uma ferramenta comparativa para mensurar o seu desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e para o cálculo de indicadores.

O ROIC UDM, por sua vez, demonstra o ROIC para o período de doze meses findo em uma data base específica, para fins de comparabilidade com os períodos anuais.

Capital Investido

A administração da Companhia entende que a medição do Capital Investido é útil para a medição do retorno da Companhia em relação aos seus investimentos como um input ao cálculo de ROIC.

Capital de Giro Líquido

A administração da Companhia entende que a medição do Capital de Giro Líquido é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de curto prazo (circulante).

Dívida Bruta e Caixa (Dívida) Líquido

A administração da Companhia entende que Dívida Bruta e o Caixa (Dívida) Líquido, proporcionam informações úteis a potenciais investidores, analistas financeiros e ao público, para que possam analisar a condição financeiro da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Caixa (Dívida) Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

Receita Operacional Líquida UDM

A Receita Operacional Líquida UDM, por sua vez, demonstra a receita operacional líquida para o período de doze meses findo em uma data base específica, para fins de comparabilidade com os períodos anuais.

Margem Líquida UDM

A Margem Líquida UDM, por sua vez, demonstra a Margem Líquida para o período de doze meses findo em uma data base específica, para fins de comparabilidade com os períodos anuais.

Lucro Líquido UDM

O Lucro Líquido UDM, por sua vez, demonstra o lucro líquido para o período de doze meses findo em uma data base específica, para fins de comparabilidade com os períodos anuais.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não houve eventos subsequentes às informações financeiras intermediárias do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023.

2.7 – Destinação de resultados

	30/06/2023	31/12/2022
a. regras sobre retenção de lucros	A Companhia possui como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/76, autorizando a assembleia geral, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, devendo o orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. a.i. valores das retenções de lucros: N/A a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados: N/A	A Companhia possui como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/76, autorizando a assembleia geral, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, devendo o orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. a.i. valores das retenções de lucros: 174,0 milhões a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados: 30,8%

dividendos

b. regras sobre distribuição de Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, no encerramento do exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras: (i) do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda; (ii) com base nos lucros remanescentes e respeitadas as disposições legais, serão calculadas nesta ordem: (a) a participação global dos empregados, competindo à Diretoria estabelecer quais os empregados que receberão participação e o quantum atribuído a cada um deles; (b) a participação global dos administradores, que será dividida entre eles por deliberação do Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 152, parágrafo primeiro, da Lei nº 6404/76; (iii) o lucro líquido apurado será distribuído na seguinte ordem: (a) 5% na constituição da reserva legal, até que atinja 20% do capital social; (b) constituição de outras reservas, previstas em lei, e (c) 25%, no mínimo, serão destinados ao pagamento de dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

> O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio, nos termos do artigo 9°, parágrafo 7° da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinente, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.

> Além do dividendo declarado à conta de lucro apurado em cada balanço semestral, o Conselho de Administração poderá, igualmente, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço semestral, bem como determinar o levantamento de balanço trimestral e consequente distribuição de dividendos, respeitado, nesta última hipótese, o disposto no artigo 204. § 1°. da Lei n° 6.404/76.

> O montante dos dividendos será posto à disposição dos acionistas no prazo máximo de 60 dias a contar da data em que forem atribuídos e, em qualquer hipótese, dentro do exercício social em curso.

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, no encerramento do exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras: (i) do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda; (ii) com base nos lucros remanescentes e respeitadas as disposições legais, serão calculadas nesta ordem: (a) a participação global dos empregados, competindo à Diretoria estabelecer quais os empregados que receberão participação e o quantum atribuído a cada um deles; (b) a participação global dos administradores, que será dividida entre eles por deliberação do Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 152, parágrafo primeiro, da Lei nº 6404/76; (iii) o lucro líquido apurado será distribuído na seguinte ordem: (a) 5% na constituição da reserva legal, até que atinja 20% do capital social; (b) constituição de outras reservas, previstas em lei, e (c) 25%, no mínimo, serão destinados ao pagamento de dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinente, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.

Além do dividendo declarado à conta de lucro apurado em cada balanço semestral, o Conselho de Administração poderá, igualmente, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço semestral, bem como determinar o levantamento de balanço trimestral e consequente distribuição de dividendos, respeitado, nesta última hipótese, o disposto no artigo 204. § 1°. da Lei n° 6.404/76.

O montante dos dividendos será posto à disposição dos acionistas no prazo máximo de 60 dias a contar da data em que forem atribuídos e, em qualquer hipótese, dentro do exercício social em curso.

	30/06/2023	31/12/2022
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Como regra geral, os acionistas da Companhia terão direito de receber dividendos anualmente calculados na forma descrita no item b acima. Adicionalmente, o Conselho de Administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço semestral, bem como determinar o levantamento de balanço trimestral e consequente distribuição de dividendos, respeitado, nesta última hipótese, o disposto no artigo 204, § 1°, da Lei nº 6.404/76.	Como regra geral, os acionistas da Companhia terão direito de receber dividendos anualmente calculados na forma descrita no item b acima. Adicionalmente, o Conselho de Administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço semestral, bem como determinar o levantamento de balanço trimestral e consequente distribuição de dividendos, respeitado, nesta última hipótese, o disposto no artigo 204, § 1º, da Lei nº 6.404/76.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	De acordo com o §º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o dividendo previsto no referido artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informar à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na Companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 dias da realização da assembleia-geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembleia.	De acordo com o §º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o dividendo previsto no referido artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informar à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na Companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 dias da realização da assembleia-geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembleia.
e. política de destinação de resultados	A Companhia não possui política específica que trate sobre destinação de resultados.	A Companhia não possui política específica que trate sobre destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- (a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
- (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, que não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas informações financeiras intermediárias da Companhia relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023 e nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações financeiras intermediárias referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023 e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações financeiras intermediárias referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023 e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações financeiras intermediárias referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023 e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao último exercício social.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de negócios

- (a) investimentos, incluindo:
- (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia para o próximo triênio demandarão recursos da ordem R\$ 331,8 milhões (Consolidado), destinados: a) investimentos em novos produtos; b) aumentos de capacidade; c) racionalizações; d) ferramentais; e) qualidade; f) terrenos e construções; g) equipamentos para pesquisa e desenvolvimento; h) tecnologia da informação: i) meio ambiente; j) intangíveis; k) manutenção e l) outros, os quais serão submetidos para aprovação na próxima Assembleia Geral Ordinária. Tais recursos, deverão fazer frente a tais investimentos que serão realizados ao longo dos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023, os investimentos realizados no orçamento de capital (total de adições ao imobilizado e ao intangível) perfazem o montante de R\$ 24,4 milhões e foram destinados aos equipamentos para pesquisa e desenvolvimento, renovação de máquinas e equipamentos visando aumento de produtividade e qualidade, novos produtos, melhorias em edificações, tecnologia da informação, entre outros.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

O fluxo de caixa operacional historicamente positivo também tem sido uma importante fonte de financiamento dos investimentos da Companhia. Por fim, linhas de financiamento como da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, ACC e ACE também são exemplos de fontes de financiamento para os investimentos da Companhia.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimento relevante em andamento ou previsto para o futuro próximo.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciaram materialmente a capacidade produtiva do emissor no último exercício social.

- (c) novos produtos e serviços, indicando:
- (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia está continuamente conduzindo pesquisas, mas tem por prática não as divulgar individualmente, em especial as pesquisas elaboradas em conjunto com seus clientes, a menos que se tenha expectativa de que uma pesquisa individual possa ter um efeito relevante nos resultados da Companhia. Logo, não existem em andamento pesquisas materiais individualmente consideradas que já tenham sido divulgadas.

2.10 Planos de negócios

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Síntese de resultados (R\$ milhões, exceto %)	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023	%
Receita operacional líquida	2.142,9	100,0%
Despesas para pesquisas de tecnologia e produtos	(27,3)	-1,3%

Tais despesas abrangem principalmente custos de pessoal de desenvolvimento.

O foco do investimento está nas inovações tecnológicas, registro de patentes e lançamento de novos produtos no mercado e desenvolvimentos em parceria com clientes.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia está continuamente desenvolvendo novos projetos e produtos, mas tem por prática não os divulgar individualmente, em especial os projetos e produtos elaborados em conjunto com seus clientes, a menos que se tenha expectativa de que um projeto ou produto individual possa ter um efeito relevante nos resultados da Companhia. Logo, não existem em andamento outros novos projetos ou produtos materiais individualmente considerados sendo desenvolvidos que já tenham sido divulgados.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Síntese de resultados (R\$ milhões, exceto %)	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023	%
Receita operacional líquida	2.142,9	100,0%
Despesas para pesquisas de tecnologia e produtos	(27,3)	-1,3%

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia é comprometida com a responsabilidade com a Sustentabilidade e levamos a sério as expectativas dos nossos stakeholders, os quais estão cada vez mais interessados em nosso desempenho ambiental, social e em governança, e, portanto, integramos as questões de sustentabilidade globais em nossa estratégia de negócios. Nosso Código de Conduta do Fornecedor e nosso Código Empresarial são exemplos desse compromisso.

Neste momento não há novas oportunidades que possam ser tornadas públicas considerando o compromisso com o sigilo dos projetos que temos com os nossos clientes e demais parceiros. Contudo, pode-se destacar o foco em:

- Ambiental: questões ambientais integradas em nossa estratégia de negócio, com foco na redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa, contribuindo com a Proteção Climática, Descarbonização com a contribuição dos multicombustíveis.
- Social: através de uma Governança bem estruturada é possível promover as ações sociais, respeitando os Direitos Humanos, tal como Diversidade, Equidade e Inclusão.

2.10 Planos de negócios

- Governança: as boas práticas de Governança Corporativa proporcionam um ambiente favorável
 para toda a organização e provê os demais eixos da Sustentabilidade. São exemplos de
 atuação: Gerenciamento de Risco, Compliance, Prevenção à Corrupção e Lei Antitruste,
 Segurança da Informação e Proteção de dados.
- Econômico: a responsabilidade corporativa viabiliza a perpetuidade do negócio da Companhia.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores com influência relevante nos negócios da Companhia no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023 e nos três últimos exercícios sociais.

5.1 – Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2016 e revisada em 23 de abril de 2018 ("<u>Política de Gerenciamento de Riscos</u>").

A Política de Gerenciamento de Riscos foi elaborada de acordo com as diretrizes da Companhia e tem como fundamento as melhores práticas de governança corporativa, o Regulamento do Novo Mercado da B3 e as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia pode ser consultada nos seguintes endereços: (i) Departamento de Relações com Investidores, localizado na sede da Companhia: Av. Ernst Mahle, 2000, 13849-146, Mogi Guaçu, São Paulo; e (ii) internet: site da Companhia (https://ri.mahle.com.br/governanca-corporativa/politica-de-gerenciamento-de-riscos/) e site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

Nos itens abaixo, serão descritos os procedimentos e objetivos da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pela Companhia.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos visa estabelecer a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, de modo a definir papéis e responsabilidades, apetite de risco e processo para gerenciamento integrado e contínuo das ameaças e oportunidades que podem afetar os seus negócios.

Esta política é alinhada aos procedimentos globais de gerenciamentos de riscos e controles internos executados pelo Grupo MAHLE. Tal política possui como estratégia que riscos somente devam ser tomados para proteger e aumentar o valor dos negócios. Por outro lado, riscos que podem comprometer a existência do negócio devem ser evitados.

Para cumprir com essa estratégia de risco, as ações relacionadas ao risco devem estar alinhadas com os seguintes princípios da Política de Gerenciamento de Riscos:

- Os objetivos corporativos e as atividades empreendedoras são orientadas para o futuro e devem observar estritamente o arcabouço legal e os princípios éticos.
- Se surgirem oportunidades tanto no âmbito do negócio quanto no mercado, bem como de acordo com os objetivos corporativos, a MAHLE aproveitará essas oportunidades. Os riscos relacionados a esse tópico serão reconhecidos sistematicamente e reduzidos ao mínimo por estratégias e medidas da organização de gerenciamento de risco, considerando a possível lucratividade. Neste contexto, até mesmo uma decisão consciente de assumir um risco faz parte das decisões gerenciais.

A Política de Gerenciamento de Riscos deve documentar todos os aspectos referentes ao processo de gerenciamento de riscos na MAHLE Metal Leve para assegurar um entendimento comum para a Diretoria Estutária da Companhia, seu Comitê de Riscos, a organização de gerenciamento de riscos e todos os gerentes e empregados relevantes que são afetados com respeito ao gerenciamento de riscos.

O principal é descrever, explicar e documentar:

- √ todas as definições relevantes relacionadas ao gerenciamento de riscos em geral;
- ✓ a estratégia e princípios da política de riscos;
- √ requerimentos legais relevantes;
- ✓ o escopo das entidades legais e gerenciais relacionadas;
- ✓ o processo de gerenciamento de riscos incluindo a comunicação e controle dos riscos;
- ✓ a organização de gerenciamento de riscos na Companhia; e
- ✓ os cálculos de risco chave como máxima exposição ao risco, tolerância aos riscos individuais, impacto, probabilidade e valor dos riscos.

Em conclusão, pode-se dizer que o gerenciamento de riscos sempre tem que lidar com diferentes níveis de riscos, a fim de aumentar e proteger o valor da Companhia.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia define que o risco é definido como qualquer desenvolvimento interno ou externo que comprometa o alcance das metas e objetivos da Companhia. O risco pode ser de natureza estratégica, bem como de natureza operacional. Mais precisamente, risco é o possível desvio negativo do lucro planejado

Dentre os principais riscos aos quais se busca proteção e os respectivos instrumentos utilizados estão: (a) Riscos de mercado; (b) Riscos de cumprimento/legais; e (c) Riscos Operacionais.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

O gerenciamento de riscos é o processo de identificar e controlar sistematicamente as ameaças que podem afetar os objetivos da empresa. Esse processo precisa ser aplicado de forma consistente em todas as funções e unidades de negócio da Companhia e deve ser economicamente viável e proporcional aos riscos que estão sendo gerenciados.

Os riscos são identificados com base em *workshops* de avaliação de risco organizados pelo gerente de riscos, envolvendo os especialistas de riscos definidos pela Diretoria Estatutária da Companhia. Dentro dos *workshops*, os questionários de risco são avaliados e outros riscos podem ser adicionados. Recomenda-se que os questionários sejam previamente preenchidos pelos especialistas de riscos a fim de aumentar a eficiência dos *workshops*.

Tais riscos são traduzidos em valores monetários e escalas de probabilidade. Para identificar os principais riscos, as seguintes instruções devem ser consideradas:

- O risco é baseado no impacto do lucro que não é coberto no orçamento e no plano estratégico por eventos como: custos adicionais, despesas, penalidades, redução de vendas e assim por diante.
- ✓ O risco deve ser calculado no período de um ano.
- Mitigações existentes devem ser deduzidas do risco. Exceções são coberturas de seguro e provisões que devem ser identificadas para evitar que tais riscos sejam esquecidos durante o processo de identificação.

Além disso, os colaboradores devem relatar a qualquer momento novos riscos ou mudanças na avaliação de riscos para os especialistas de riscos que avaliarão e informarão ao gerente de riscos caso os valores atinjam os limites mencionados na Política de Gerenciamento de Riscos.

São exemplos de mitigação de riscos:

- Risco de taxa de câmbio e commodities, o qual seria mitigado mediante derivativos de hedge.
- Taxas de juros normalmente são associadas ao nível de inflação e o efeito desta e das medidas governamentais destinadas a combatê-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica, podendo afetar negativamente as atividades da Companhia. A Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas com papéis lastreados em CDI e TJLP, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum resultado significativo.
- Rupturas severas do ambiente de TI (infraestrutura e aplicações) por falta de processos robustos de segurança da informação podem levar a indisponibilidade, perda ou vazamento de informações afetando significativamente as operações da companhia.

A Companhia possui uma estrutura de segurança de TI com o objetivo de proteger seus funcionários, parceiros de negócios, know-how e plantas contra atos mal-intencionados de terceiros. A companhia objetiva alinhar as atividades de segurança para efetivamente proteger seus ativos e reputação contra ameaças criminais e outras.

Este objetivo é alcançado, por exemplo, por uma abordagem integrada implementada pela alta administração junto com suas unidades de negócio e áreas corporativas. As práticas de segurança de TI baseiam-se em estruturas obrigatórias, levando em consideração as leis e regulamentos de segurança relevantes, necessidades da Companhia, bem como os requisitos de segurança de terceiros.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Como parte da forma organizacional existente, as seguintes funções de gerenciamento de risco são responsáveis nos vários níveis do grupo. Em particular, estes são:

• Conselho de Administração:

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por supervisionar a Diretoria Estutária com relação à implementação de um sistema apropriado de gerenciamento de risco para a Companhia e, consequentemente, aprovar a Política de Gerenciamento de Risco.

• Diretoria Estatutária:

A Diretoria Estatutária é responsável pela implementação legal e funcionalidade contínua do sistema de gerenciamento de risco, considerando a eficiência e adequação das medidas individuais. Dentro dessa responsabilidade, a Diretoria Estatutária também deve definir os objetivos corporativos, a política de riscos, os campos de risco, o apetite de risco e as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos. Segundo o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o apetite ao risco é a quantidade de risco, em um nível amplo, que uma organização está disposta a aceitar para aumentar o valor da empresa. Cada organização tem vários objetivos para agregar valor e deve compreender amplamente o risco que está disposto a assumir ao fazê-lo.

Além disso, a Diretoria Estatutária tem a tarefa de entender os riscos mais significativos, bem como gerenciar a organização em uma crise. A integração do sistema de gestão de risco na organização da Companhia deve ser assegurada pela Diretoria Estatutária, assim como tomar medidas para o avanço da cultura de risco dentro da Companhia.

Se surgirem tópicos que precisam ser decididos imediatamente, reuniões ad-hoc do conselho de administração devem ocorrer. Os tópicos de gestão de risco relativos a alterações na documentação, comunicação, responsabilidades, entre outros, são determinados pela Diretoria Estatutária, seguindo as principais instruções do Conselho de Administração. A Diretoria Estatutária é responsável pelo monitoramento das atividades de mitigação e por tomar as medidas apropriadas de contenção.

• Comitê de Auditoria não-estatutário:

O Comitê de Auditoria tem como missão assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e Compliance. Na execução de suas competências, o Comitê de Auditoria manterá relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária, a auditoria interna, a auditoria independente e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia.

Gerente de riscos:

A tarefa do gerente de risco é desenvolver o sistema de gerenciamento de risco e mantê-lo atualizado. Além disso, ele/ela é responsável pela documentação das políticas e estruturas internas de risco e pela coordenação das atividades de gerenciamento de riscos. A preparação de relatórios para a Diretoria Estatutária, bem como a compilação de informações sobre riscos, também é responsabilidade do gerente de riscos. Além disso, a tarefa inclui, por exemplo:

- ✓ Garantia dos requisitos internos e externos de gerenciamento de riscos;
- ✓ Estabelecimento de avaliações de risco regulares;
- ✓ Validação de riscos reportados;
- ✓ Consolidação dos relatórios de risco;
- ✓ Monitoramento da implementação de atividades de mitigação;
- ✓ Determinar melhores práticas para mitigação de risco; e
- ✓ Treinamento de funcionários.

Especialistas de riscos / Gerentes de Unidades de Negócios, Centro de Serviços e funções:

Dentro da Companhia, os especialistas em riscos geralmente são gerentes de unidades de negócios, centros de lucro, empresas do grupo, funções, entre outros, que devem assegurar a implementação e a correta aplicação de sistemas apropriados de gerenciamento de riscos para detectar e controlar riscos em suas áreas. Além disso, eles devem relatar os riscos dentro de sua área de responsabilidade de acordo com as solicitações de divulgação dentro do processo de gerenciamento de riscos e/ou devem validar os riscos relatados por seus coordenadores ou relatores de risco.

Auditoria Interna:

Tanto o desenvolvimento de um programa de auditoria interna baseado em risco, como a auditoria de processos de risco em toda a organização são tarefas da auditoria interna. Além disso, o departamento é responsável pela elaboração de relatórios sobre a eficiência e a eficácia dos controles internos e dos sistemas de gerenciamento de riscos.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia entende que a estrutura operacional de gerenciamento de riscos e controles internos é robusta e estimula um processo de melhoria contínua de seus processos para adequado endereçamento dos riscos para os quais busca proteção cumprindo, assim, os objetivos estabelecidos de sua Política de Gerenciamento de Riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição de controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos, tendo como objetivo o tratamento dos riscos identificados que ameaçam a realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Os controles internos e sistemas de gerenciamento de riscos da Companhia relativos à preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que visam assegurar:

- A manutenção dos registros contábeis de modo que estes reflitam precisa e adequadamente
 as transações da Companhia. Portanto, proporcionando segurança de que as transações são
 registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as
 normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- Segurança de que recebimentos, pagamentos e lançamentos manuais nas demonstrações financeiras da Companhia estão feitos conforme sua política de assinaturas autorizadas; e
- Salvaguarda de ativos, prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- Para isso a administração incentiva continuamente à adoção de controles sistêmicos que aumentam a eficiência e principalmente a segurança dos registros:
 - ✓ Revisão periódica de riscos de segregação de funções em seu sistema de gestão;
 - ✓ Workflow de aprovação de lançamentos realizados de forma manual na Contabilidade; e
 - ✓ Workflow para aprovação de documentos de compras e pagamentos.
- No entanto, caso controles automáticos não sejam aplicados, a organização implementa controles de mitigação alternativos para prevenir erros ou fraudes:
 - ✓ Aprovações de documentos, como, por exemplo, movimentações de imobilizado e ajustes de estoques;
 - ✓ Revisão de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis pela administração de modo a assegurar que as demonstrações estão livres de deficiências significativas;
 - Conciliações entre contas para assegurar que os saldos registrados se encontram em conformidade com sua origem, como confirmações bancárias, contas a receber e contas a pagar; e
 - ✓ Estimativas contábeis são revisadas de forma criteriosa com base em posições de especialistas.
 - Contudo, o controle interno, independentemente da qualidade da sua estrutura e operação, pode reduzir, mas não eliminar, os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, por

causa das limitações inerentes ao controle interno. Essas limitações incluem, por exemplo, a possibilidade de erros ou equívocos humanos, controles contornados por conluio ou burla, controles internos se tornarem inadequados devido a mudanças nas condições.

5.2 Descrição dos controles internos

Deste modo, ressalvadas as limitações inerentes aos controles internos, em linhas gerais, os controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras têm sido eficientes e adequados.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Em complemento a estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos apresentada no item 5.1 deste Formulário de Referência:

- A gerência de contabilidade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e controles internos que asseguram a adequação destas demonstrações;
- A Diretoria Estatutária, representada pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo
 Financeiro, revisa as demonstrações financeiras de forma criteriosa antes de sua divulgação; e
- A Companhia possui um processo interno, supervisionado pela Diretoria Estatutária, envolvendo os responsáveis das áreas de negócio e a auditoria interna para acompanhar as ações que estão sendo realizadas, com objetivo de endereçar adequadamente os riscos e recomendações reportados pela auditoria externa. Este monitoramento é reportado periodicamente ao Conselho de Administração, bem como para a Diretoria Estatutária. O Conselho de Administração entende que este processo é efetivo e suporta a melhoria contínua da estrutura de controles internos.

Conforme estabelecido no Regulamento do Novo Mercado, a partir de 31.03.2022 a área de auditoria interna passou a reportar ao Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia.

(c) se e como a forma de supervisão da eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão da criação, implantação e conduta do controle interno da gestão.

A gestão, composta pelos diretores estatutários, estabelece, com a supervisão do Conselho de Administração, estruturas, linhas de reporte e autoridade, e responsabilidades apropriadas para que os controles internos sejam implementados.

Já a auditoria interna auxilia na manutenção de controles eficazes, avaliando a eficácia e eficiência desses controles e promovendo melhorias contínuas.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado a Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas brasileiras e internacionais de auditoria, o auditor independente considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos apropriados às circunstâncias em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e emitiram comunicação sobre as deficiências de controles internos identificadas ao longo do processo de auditoria das referidas demonstrações financeiras.

A Companhia obteve o relatório circunstanciado reportado pelos auditores independentes KPMG Auditores Independentes Ltda., referente à auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas que requerem atenção da Alta Administração. As demais deficiências identificadas foram avaliadas quanto ao impacto e à avaliação da severidade, sendo concluídas como Deficiências de Controles e/ou sugestões de melhorias ou aprimoramento dos controles internos, sendo reportadas às suas respectivas áreas, que, por sua vez, elaboraram um plano de ação, com indicação de responsável pela condução do plano e data para a implementação.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que, no relatório circunstanciado referente à auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas. Contudo, para todas as demais deficiências reportadas, classificadas como não significativas, foram criados planos de ação que serão monitorados constantemente pela administração da Companhia.

- 5.3 Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
- (a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui um código empresarial com diretrizes e normas que orientam, por exemplo, sua forma de atuar e de fazer negócios, que foca entre outros temas, nas práticas anticorrupção e na defesa da livre concorrência no mercado, bem como estabelece sanções para o não cumprimento das regras estabelecidas ("Código Empresarial").

O referido código foi aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de novembro de 2019 e pode ser consultado nos seguintes endereços: (i) Departamento de Relações com Investidores localizado na sede da Companhia: Av. Ernst Mahle, 2000, 13849-146, Mogi Guaçu, São Paulo; e (ii) internet: site da Companhia (https://ri.mahle.com.br/codigo-empresarial/); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

Além disso, a Companhia fornece programa de treinamento periódico para seus conselheiros, executivos e gerentes. Como complemento, todos os colaboradores recebem orientações regulares sobre as diretrizes e normas detalhadas no Código Empresarial da Companhia.

Os conselheiros e administradores da Companhia são especialmente responsáveis pela observância do Código Empresarial, devendo adotar as medidas apropriadas para assegurar que, em sua área de responsabilidade:

- não ocorram infrações a leis, a diretrizes internas ou ao Código Empresarial que poderiam ser evitadas ou impedidas pela execução devida e apropriada de suas obrigações fiscalizatórias e organizacionais; e
- quaisquer infrações sejam descobertas, investigadas e extintas.

Entretanto, isso não exime os empregados de sua própria responsabilidade. Todos os empregados são responsáveis pela sua própria conduta.

Serão realizadas auditorias regulares pelo Departamento de Auditoria Interna para verificar o cumprimento deste Código Empresarial.

A Companhia segue o princípio da neutralidade em relação a partidos políticos e candidatos, sendo vedado o uso de recursos ou ativos da Companhia para fins de apoio político.

O Código Empresarial determina que doações e patrocínios deverão ser transparentes e rastreáveis, não podendo ser usados para fins ilícitos. Em especial, é proibida a concessão de vantagens indevidas a terceiros sob o pretexto de doações ou patrocínios. O Código de Conduta Empresarial também fixa um procedimento para a efetivação de doações e patrocínios.

Adicionalmente, como estabelecido no item 5.1 deste Formulário de Referência, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos que estabelece diretrizes para identificação, avaliação, controle e *report* dos riscos que desafiam a companhia, entre eles, destacam-se os de *compliance* com regulamentações externas e internas incluindo as de anticorrupção.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os elementos essenciais que devem ser considerados nas relações estabelecidas pela Companhia com os seus mais diferentes públicos, com o objetivo de contribuir para um ambiente corporativo anticorrupção, atingindo resultados diferenciados para a sociedade.

O colaborador da Companhia que tiver conhecimento da prática de atos ilegais ou ilícitos, que violem ou possam violar a legislação e regulamentação vigentes, bem como eventuais violações ou suspeitas de violações às políticas e procedimentos da Companhia, deve procurar o seu superior imediato e/ou reportá-las ao canal de denúncias. A violação de seus preceitos sujeitará o colaborador da Companhia às medidas disciplinares cabíveis, nos termos da legislação brasileira.

Além disso, será definido as penalidades a serem aplicadas, entre elas: (i) advertência; (ii) suspensão; ou (iii) rescisão contratual por justa causa, sem prejuízo de eventual instauração de processos judiciais ou administrativos, a critério da Companhia.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A estrutura organizacional responsável pelo programa é o Comitê de *Compliance* composto pela área Jurídica e por executivos de áreas de auditoria interna, compras, finanças, operações, recursos humanos e vendas, a qual se reporta a Diretoria Estatutária.

Não há exigência estatutária ou regulatória para aprovação formal do Comitê de Compliance. No entanto, a Companhia possui Política de Gerenciamento de Riscos e Código Empresarial, ambos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Além disso, o Comitê de Auditoria é eleito pelo Conselho de Administração da Companhia. Por fim, o Comitê de Compliance está de acordo com as regras mundiais do Grupo MAHLE e foi aprovado conforme sua estrutura de governança.

- (iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código Empresarial é aplicável a todos os empregados do Grupo MAHLE, sendo considerada neste contexto a Companhia , incluindo seus conselheiros e executivos. Para as controladas estrangeiras da Companhia, o Código Empresarial estabelece os padrões mínimos a serem adotados e, se necessário, modificados para atender as exigências e características locais. Por fim, todos os funcionários devem observar as leis e regulamentos, bem como as diretrizes internas aplicáveis às suas áreas de atuação. Devem ser evitadas, sob todas as circunstâncias, violações às leis e infrações às normas internas.

 as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Comitê de *Compliance* poderá adotar quaisquer medidas nos termos da legislação trabalhista na hipótese de infrações a leis, a diretrizes internas ou ao Código Empresarial, sendo possível a aplicação das sanções de advertência, suspensão temporária ou mesmo desligamento da Companhia.

 órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O código mencionado no item 5.3 (a) foi aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de novembro de 2019 e pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) Departamento de Relações com Investidores localizado na sede da Companhia: Av. Ernst Mahle, 2000, 13849-146, Mogi Guaçu, São Paulo; e (ii) internet: site da Companhia (https://ri.mahle.com.br/codigo-empresarial/); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

(b) canal de denúncia

(i) canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros.

A Companhia possui canal de denúncias independente pelos quais os colaboradores e parceiros de negócio, entre outros, podem submeter denúncias anônimas relativas a eventuais violações ao Código Empresarial, diretrizes externas ou internas, entre outras. Ainda, as empresas controladas na Argentina e Áustria também possuem acesso a ferramenta em língua nativa.

(ii) canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados

Conforme descrito no item (iii) abaixo, terceiros como clientes e fornecedores têm a opção de reportar incidentes e possíveis desvios de conduta ou violações às diretrizes da Companhia de maneira anônima através do canal de denúncia "Integrity Line" (https://mahle.integrityplatform.org).

(iii) mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

As denúncias são tratadas de forma sigilosa, observando-se a proteção de seus autores e os cuidados necessários para solucionar adequadamente o problema. Por meio de seu canal de denúncia indicado no item (ii), o qual foi elaborado num ambiente digital e de fácil acesso, os funcionários da Companhia, bem como terceiros têm a opção de reportar incidentes e possíveis desvios de conduta ou violações às diretrizes da Companhia de maneira anônima através desta plataforma.

(iv) órgão responsável pela apuração de denúncias

Estas denúncias são apuradas pela estrutura de *Compliance* com objetivo de oferecer a independência necessária para o processo de investigação.

Destaca-se que este canal de denúncia opera conforme diretrizes definidas pela Diretoria Estatutária, seguindo os preceitos do Código Empresarial.

A Companhia tem o compromisso de analisar e a investigar todos os fatos reportados no seu canal de denúncia, tomando as medidas cabíveis nas diferentes situações. Ao enviar a denúncia, o denunciante receberá um número de incidente gerado automaticamente e terá que definir uma senha. Isto permite que o denunciante faça login em sua caixa de entrada pessoal para que possa interagir a qualquer momento dentro de plataforma de maneira anônima.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não teve nenhum caso confirmado de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito no item 5.3(a) deste Formulário de Referência, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, não houve qualquer alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas ou em sua Política de Gerenciamento de Riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Nata data deste Formulário de Referência, para fins de gerenciamento de sua segurança cibernética, a Companha adotou medidas para prevenir os riscos decorrentes de interrupções, falhas ou incidentes de segurança cibernética, implementando políticas de segurança da informação. Além disso, a Companhia realiza testes recorrentes de vulnerabilidades e conta com um serviço de Security Operation Center (SOC), que monitora os logs de segurança do ambiente 24 horas por dia, 7 dias por semana.

A Companhia não registrou, até a data da apresentação deste Formulário de Referência, sequestro ou pedido de resgate de informação.

Além disso, implementou medidas em adequação à LGPD e, portanto, a organização de proteção de dados é composta pelo Encarregado de Dados (*Data Protection Officer* - DPO), atuando como canal de comunicação entre o controlador das informações, os titulares dos dados e a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), em conjunto com o Coordenador Nacional de Proteção de Dados, e se reporta diretamente à Diretoria Estatutária. Na estrutura, ainda existe a figura dos colaboradores de proteção de dados nas diversas Unidades de Negócios, que atuam como o primeiro ponto de contato local, elo entre os colaboradores e a organização de Privacidade de Dados Corporativos e auxiliam na implementação dos requisitos definidos. Com o objetivo de mitigar os riscos associados ao tema, o Programa de Proteção de Dados é avaliado periodicamente, com a finalidade de identificar vulnerabilidades, as quais são tratadas apropriadamente.